



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Curso de Licenciatura em Serviço Social

**CONTRIBUIÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA MITIGAÇÃO DAS
UNIÕES PREMATURAS: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE KATEMBE –
CHAMISSAVA (2018-2023)**

Autora: Deolinda Jorge Gujamo

Supervisor: Prof. Doutor Hinervo Marqueza

MAPUTO, AGOSTO DE 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Licenciatura em Serviço Social

Contribuição da Intervenção do Assistente Social na Mitigação das Uniões Prematuras: Estudo de Caso do Distrito de Katembe – Chamissava (2018-2023)

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) em cumprimento parcial dos requisitos exigido, para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social, Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Autora: Deolinda Jorge Gujamo

Supervisor: Prof. Doutor Hinervo Marqueza

Maputo, Agosto de 2025

Deolinda Jorge Gujamo

Contribuição da intervenção do assistente social na mitigação das uniões prematuras: estudo de caso do distrito de katembe – chamissava (2018-2023)

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) em cumprimento parcial dos requisitos exigido, para obtenção do grau de licenciatura em Serviço Social, Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Mesa de Júri

O supervisor

O Presidente

O Oponente

Maputo, aos _____ de _____ de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Deolinda Jorge Gujamo, declaro por minha honra que a presente Monografia é da minha autoria e em nenhum momento foi usada ou apresentada como Trabalho de Fim do Curso para obtenção de qualquer grau académico ou para outros fins. O mesmo é fruto do meu esforço e empenho sob orientação do meu supervisor. O seu conteúdo é original e as fontes consultadas estão, devidamente, indicadas no texto e nas referências bibliográficas.

Maputo, Agosto de 2025

(Deolinda Jorge Gujamo)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais (Jorge Naife Gujamo e Rita Sambula Manhice) pela educação, apoio moral e que desde o princípio da minha formação estiveram comigo e não pouparam esforços para que eu pudesse estudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus pelo Dom da vida e fé que deposita em mim e especialmente ao meu supervisor, PhD. Hinervo Marqueza pela paciência, dedicação e flexibilidade.

Agradecimentos extensivos aos meus pais (Jorge Naife Gujamo e Rita Sambula Manhice) por terem me criado com amor e carinho e aos meus familiares (Raul Gujamo, Olívia Gujamo, Marta Gujamo, Fernando Gujamo, Manuel Boane) ao meu cunhado António Teófilo Nhamuhuco e em especial ao meu parceiro (Tonecas Vilanculos e a minha filha Érica Vilanculos) pelo apoio incondicional que deram ao longo da minha formação, ao casal (Carlos Malate e Dulce Guambe), minhas amigas (Amina Andí e Teresa Langa) obrigada.

Aos docentes do Departamento de Sociologia e Serviço Social: PhD. Orlando Nipassa, PhD. Cuinhane, PhD. Chico Faria, PhD. Baltazar Muianga, Msc. Baloi, Msc. Tsamba, Msc. Ivo Cumbane, Msc. Emídio Moiana, Msc. Catarina Guambe, Msc. Sara Pinto, Msc. Joana Almeida, Msc. Deborah De Brito, Msc. Cândido Tchume, e Msc. Casimiro Guilamba, obrigada.

Aos meus colegas da carteira e do curso de Serviço Social 2017 Nilza Zavale, Aurélia Jamardasse, Leta Banze, Argência Jalane, Rita Pene e Remígio Victor pelo apoio incondicional, obrigada.

À Direção Distrital do Género Criança e Acção Social da Katembe, na pessoa do técnico António Muchanga, por ter me tornado voluntária no Projecto sobre a Prevenção das uniões prematuras, muito obrigada. À todos que, directa ou indirectamente, garantiram a minha formação, o meu muito obrigada.

EPÍGRAFE

As uniões prematuras constituem uma violência, quando não são desenhadas as políticas públicas e a crueldade próspera nas comunidades actuais” (Santos, 2013).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------------|---|
| AR | Assembleia da República |
| BM | Banco Mundial |
| CDC | Convenção sobre os Direitos da Criança |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FNUAP | Fundo das Nações Unidas para População |
| HIV | Vírus da Imundeficiência Humana |
| INAS | Instituto Nacional de Acção Social |
| MINED | Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano |
| MGCAS | Ministério do Género, Criança e Acção Social |
| MISAU | Ministério da Saúde |
| ODM | Objectivos de Desenvolvimento do Milénio |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PSAF | Instituto Panos África Austral |
| RECAC | Reunião especial de coordenação e acompanhamento |
| SADC | Países da África Austral |
| SDGCAS | Serviço Distrital do Género, Criança e Acção Social |
| UEM | Universidade Eduardo Mondlane |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para Infância |

RESUMO

O presente trabalho procura analisar a contribuição da intervenção do assistente social na mitigação de uniões prematuras: estudo de caso do distrito de katembe – chamissava (2018-2023). A pesquisa é de natureza qualitativa porque possibilitou analisar os dados em forma de interações e valores comportamentais para melhor compreensão da questão social em análise. Quanto ao objectivo, optamos pelo estudo descritivo. No que concerne às técnicas de colecta de dados, recorreremos à entrevista semi-estruturada, estudo social e observação simples. Em relação ao enquadramento teórico, recorreremos à teoria marxista, sobre as desigualdades sociais e a não intervenção do Estado em políticas sociais de forma consistente. Importa ressaltar que durante a pesquisa, constatou-se que a prática de uniões prematuras tem mostrado que, determinados factores, como a pobreza, falta de educação, desemprego, orfandade, vulnerabilidade, exclusão social e desigualdades sociais têm influenciado para a existência dessa problemática. Com o estudo, identificamos as consequências e causas da prática do distrito Municipal de Katembe. Caracterizamos as implicações das uniões prematuras na vida das raparigas e das suas famílias e apresentamos os mecanismos e estratégias que os Técnicos Sociais materializam em prol do bem-estar das mesmas. Portanto, a actuação do Assistente Social concerne à materialização da garantia do bem-estar e segurança social à todas as raparigas afectadas por essa problemática.

Palavras-chave: *Intervenção, Assistente Social, Uniões Prematuras.*

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the contribution of social worker intervention in mitigating premature unions: case study in the district of katembe – chamissava (2018-2023). The research is qualitative in nature because it made it possible to analyze the data in the form of interactions and behavioral values to better understand the social issue under analysis. As for the objective, we opted for a descriptive study. Regarding data collection techniques, we used semi-structured interviews, social studies and simple observation. In relation to the theoretical framework, we resorted to Marxist theory, on social inequalities and the State's non-intervention in social policies consistently. It is important to highlight that during the research, it was found that the practice of premature unions has shown that certain factors, such as poverty, lack of education, unemployment, orphanhood, vulnerability, social exclusion and social inequalities are influenced by the existence of this problem. With the study, we identified the consequences and causes of the practice in the Municipal district of Katembe. We characterize the implications of premature unions in the lives of girls and their families and present the mechanisms and strategies that Social Workers implement in favor of their well-being. Therefore, the role of the Social Worker is concerned with ensuring the well-being and social security of all girls affected by this problem.

Keywords: *Intervention, Social Worker, Premature Unions.*

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| DECLARAÇÃO DE HONRA | i |
| DEDICATÓRIA..... | ii |
| AGRADECIMENTOS..... | iii |
| EPÍGRAFE..... | iv |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | v |
| RESUMO | vi |
| ABSTRACT | vii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL..... | 7 |
| 1.1 Enquadramento Teórico..... | 7 |
| 1.2. Enquadramento conceptual | 9 |
| CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO | 12 |
| 2.1 Fortalecimento Comunitário e Apoio Psicossocial a Raparigas | 12 |
| 2.2 Monitoramento e Avaliação de Programas de Protecção Social | 13 |
| 2.3 Visitas Domiciliárias as Raparigas envolvidas nas uniões prematuras..... | 14 |
| CAPÍTULO III – METODOLOGIA..... | 15 |
| 3.1 Método de Abordagem..... | 15 |
| 3.2. Tipo de Pesquisa | 16 |
| 3.4. População e Amostra | 17 |
| 3.5. Instrumentos de Colecta de Dados | 18 |
| 3.6. Fiabilidade e Validade | 19 |
| 3.7. Questões Éticas da Pesquisa | 19 |
| 3.8 Constrangimentos da pesquisa..... | 20 |
| CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS | 21 |
| 4.1. Caracterização da instituição..... | 21 |
| 4.2. Perfil Sociodemográfico dos entrevistados | 21 |
| 4.3 Percepções e Factores que influenciam nas uniões prematuras | 22 |
| 4.4 Consequências e Vivências das uniões prematuras..... | 27 |
| 4.5 Estratégias Levadas à Cabo pelos Assistentes Sociais | 34 |

| | |
|---|-----------|
| 4.6 Análise Crítica dos Dados..... | 40 |
| 4.7. Implementação do Plano de Intervenção | 41 |
| CONCLUSÃO | 44 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 46 |
| APÊNDICES | 52 |
| ANEXOS..... | 53 |

INTRODUÇÃO

As uniões prematuras constituem um desafio significativo para o desenvolvimento social e económico de muitas comunidades em Moçambique, com impactos particularmente pronunciados em áreas como o Distrito de Katembe, especificamente na região de Chamissava. Este fenómeno, profundamente enraizado em tradições culturais e frequentemente exacerbado por condições socioeconómicas precárias, tem consequências duradouras na saúde, educação e bem-estar geral dos indivíduos afectados, especialmente jovens mulheres e meninas.

No período de 2018 a 2023, o Distrito de Katembe – Chamissava foi palco de diversas intervenções focadas na mitigação das uniões prematuras. Neste contexto, a actuação do Assistente Social emerge como uma ferramenta crucial na abordagem deste problema complexo. Os assistentes sociais, com sua formação especializada e abordagem holística, estão singularmente posicionados para abordar as múltiplas facetas das uniões prematuras, trabalhando não apenas com os indivíduos directamente afectados, mas também com suas famílias e a comunidade mais ampla de Chamissava.

Esta monografia propõe-se a explorar a contribuição da intervenção do Assistente Social na mitigação das uniões prematuras, focando especificamente no Distrito de Katembe – Chamissava como estudo de caso, durante o período de 2018 a 2023. Através de uma análise aprofundada das estratégias empregadas, dos desafios enfrentados e dos resultados obtidos nesta localidade e período específico, busca-se compreender como a actuação destes profissionais pode efetivamente reduzir a incidência das uniões prematuras e mitigar os seus impactos negativos em um contexto local e temporal definido.

O estudo abordará diversos aspectos, incluindo:

- A compreensão das causas e consequências das uniões prematuras no contexto específico de Katembe – Chamissava;
- O papel do assistente social na educação e conscientização da comunidade local durante o período de 2018 a 2023;
- As estratégias de intervenção e prevenção implementadas no distrito ao longo destes cinco anos;
- A colaboração com outras entidades e sectores da sociedade em Katembe – Chamissava;

- Os desafios enfrentados nesta região e as soluções propostas durante o período em estudo;
- A avaliação do impacto das intervenções realizadas no Distrito de Katembe – Chamissava entre 2018 e 2023.

Ao fazer estudo a estas questões no contexto específico de Katembe – Chamissava e no período delimitado, espera-se não apenas destacar a importância da intervenção do Assistente Social nesta problemática local, mas também fornecer conhecimentos valiosos que possam informar e aprimorar as práticas e políticas voltadas à mitigação das uniões prematuras em contextos similares em Moçambique e além. Este estudo de caso oferecerá uma perspectiva única sobre a evolução das intervenções ao longo do tempo e seu impacto na comunidade local.

A escolha do local da pesquisa deve-se pelo facto de apresentar um lugar rural que está em via de desenvolvimento comunitário e que necessita da intervenção do assistente social no âmbito social, cultural, político e económico. Os anos de 2018-2023 foram às épocas em que entrou em vigor a Estratégia Nacional para a Prevenção e Combate as Uniões Prematuras - 2018-2023, aprovada em 2017. No enquadramento teórico optamos pela teoria Marxista na perspectiva de Marx (1818-1883).

- **Problema**

De acordo com Lima (2018), as uniões prematuras constituem actualmente um dos principais factores de insucesso escolar da rapariga e da sua escolarização, uma vez que influencia negativamente os esforços políticos de massificar o acesso à educação da rapariga e reduzir as desigualdades ou disparidades de género na oferta dos serviços educativos.

Os debates em torno das uniões prematuras normalmente são consensuais em mostrar que as principais causas dessa questão social estão directamente relacionadas com as práticas socioculturais prevalecentes (ritos de iniciação, lobolo), associando também a pobreza no meio rural e a educação dos pais e encarregados de educação. Estas situações continuam a incitar as comunidades a casarem as raparigas antes de atingir a maturidade para esse efeito.

Segundo o relatório da UNICEF (2015), as uniões prematuras têm influenciado negativamente os esforços para a redução da pobreza, fazendo com que muitas raparigas fiquem grávidas precocemente, deixando de ter acesso à educação e a outros direitos inerentes. As uniões prematuras também são consideradas como forma de contracção do HIV/SIDA na adolescência e aumento dos riscos de mortalidade materna e infantil.

Em Moçambique as uniões prematuras são uma grande violação dos Direitos Humanos das raparigas que põem em causa o seu desenvolvimento físico, intelectual e psicológico, sendo um grave problema socioeconómico que tem sido ainda “um dos assuntos negligenciados e, quando reportados, não trazem dados que definem como práticas nocivas que violam os Direitos das Crianças” (RECAC, 2013).

Segundo a (UNICEF, FNUAP, 2023), as províncias do norte do país registam as maiores taxas de uniões prematuras. Na província de Niassa, cerca de 10 raparigas, com idade entre os 20-24 anos casaram-se antes dos 15 anos. As províncias que têm o maior número de raparigas casadas na adolescência são Zambézia e Nampula. Nestas províncias, 95.525 (Zambézia) e 129.604 (Nampula) raparigas casaram-se antes dos 18 anos respectivamente.

No total mais de meio milhão de raparigas moçambicanas entre os 20-24 anos casaram-se antes dos 18 anos, das quais 56.323 fizeram-no antes de atingirem os 15 anos. Assim sendo, as províncias de Inhambane e Sofala, são exemplos de desigualdade proporcional de uniões prematuras por Distritos. Portanto, para fazer face a este problema, criaram-se vários dispositivos legais sobre esta matéria, o governo de Moçambique, aprovou a Lei nº 19/2019 de 22 de Outubro – Lei de Prevenção e Combate das Uniões Prematuras, cujo objecto é estabelecer o regime jurídico aplicável à proibição, prevenção, mitigação das uniões prematuras e penalização dos seus autores e cúmplices bem como a protecção das crianças no seio dessas uniões.

De acordo com Neves (2018), em Moçambique, a problemática das uniões prematuras está relacionada nas seguintes causas: contextos específicos socioeconómicos e culturais – as províncias da zona Norte registam maiores índices de uniões prematuras.

A região Centro é pouco afectada, enquanto na região Sul as taxas são reduzidas. A pobreza: Há evidências que demonstram que as filhas dos agregados mais pobres casam mais cedo. Em alguns contextos culturais, os pais promovem uniões das suas filhas menores em troca de bens materiais e/ou valores monetários.

Factores tradicionais/culturais“ (ritos de iniciação) – influenciam a prática de uniões prematuras, pois marcam a passagem para a idade adulta e o início da actividade sexual aceite pela comunidade. Desigualdades de género – as relações de género desiguais, impostas ao longo do processo de socialização, aliadas ao acesso limitado aos recursos, por jovens e mulheres, são factores determinantes para a realização (das uniões prematuras) e dos casamentos (Neves, 2018).

Factores específicos – (zona de residência, idade, sexo do chefe do agregado familiar onde vive a criança do sexo feminino e o nível de escolarização da criança): influenciam a probabilidade desta casar cedo. Há mais uniões prematuras nas zonas rurais do que em zonas urbanas. As jovens que casam cedo tendem a ter um nível de educação inferior ao das jovens que casam mais tarde (Neves, 2018).

Dados mostram que apesar dos níveis de uso de métodos contraceptivos modernos terem aumentado em 25%, ainda continuam baixos, sendo que 1 em cada 4 meninas casadas tem ainda uma necessidade de planeamento familiar não satisfeita (Relatório da População 2023 – ainda não concluído).

Tais dados mostram como as uniões prematuras são um assunto que merece ter uma atenção especial do Estado. Porém, apesar dessa visibilidade, as questões que estão por detrás dela não são discutidas, sendo muitas vezes tratadas de forma banal. Abordar sobre o assunto das uniões prematuras e sua naturalização torna-se de fundamental importância para compreender a dinâmica dos relacionamentos entre homens e mulheres na sociedade tornando-se uma prática habitual.

As uniões prematuras são tratadas como um assunto privado, levando a não questionamento e dificultando a reflexão e discussão sobre a sua naturalização dentro das nossas comunidades e desta forma ela exige a intervenção e colaboração de todos.

Diante das diferentes e várias abordagens apresentadas sobre as uniões prematuras, bem como das estatísticas que impedem aos Assistentes Sociais, a tomarem posição e intervir no seu enfrentamento e mitigação, levantou-se a pergunta de partida que se segue: ***De que forma a intervenção do assistente social contribui para reduzir as taxas de uniões prematuras do distrito de Katembe – Bairro Chamissava?***

- **Objectivos**

O presente trabalho tem como objectivo geral compreender a contribuição da intervenção do Assistente Social na mitigação das uniões prematuras do Distrito de Katembe – Bairro Chamissava. E, como objectivos específicos analisar as causas e consequências das uniões prematuras no contexto específico de Katembe – Chamissava; descrever as estratégias de intervenção e prevenção implementadas no distrito ao longo dos cinco anos de estudo; verificar a colaboração entre Assistentes Sociais e outras entidades e setores da sociedade em

Katembe – Chamissava na mitigação das uniões prematuras e, por fim, identificar os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais nesta região.

- **Justificativa**

No âmbito pessoal, a escolha do tema foi motivada pelo facto de ter participado num projecto e reconhecer, por um lado, (i) o impacto negativo que esta questão social e sociocultural imprime sobre a sociedade moçambicana e, por outro, (ii) o papel que os meios do Ministério do Género Criança e Acção Social podem desempenhar para a prevenção e o combate deste infortúnio, comunicando, formando a opinião pública, educando e influenciando positivamente o comportamento dos principais actores.

No âmbito social, o estudo contribuirá no país onde a questão das uniões prematuras ainda é um problema preocupante. De acordo com a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate as Uniões Prematuras em Moçambique-2016-2019, aprovada em 2015, Moçambique tem uma das maiores taxas de uniões prematuras do mundo, ocupando a 10ª posição, a 6ª posição na África Oriental e a 2ª posição na África Austral.

No âmbito académico, o tema é importante ser estudado porque irá contribuir para solucionar um dos problemas que mais inquietam a sociedade. Os resultados deste estudo poderão ser úteis quer para as raparigas, quer para as famílias que lutam pela defesa da causa dos seus filhos visando contribuir para a melhoria do bem-estar destes no país, permitindo a existência de um diálogo permanente entre a protecção e assistência social.

- **Estrutura do trabalho**

Na primeira secção do trabalho apresenta-se a introdução que se debruça sobre a contextualização do tema, problema, pergunta de partida, justificativa e os objectivos do trabalho. Quanto à estrutura, o trabalho está estruturado em cinco capítulos. No capítulo I, aborda-se o enquadramento teórico e conceptual, onde se apresenta a teoria que alicerça o tema e os conceitos operacionais.

No capítulo II, é descrito o plano de intervenção das actividades desenvolvidas no campo da pesquisa, com destaque para a apresentação de estratégias de intervenção social, com vista a trazer mudanças para os problemas identificados. O capítulo III caracteriza os procedimentos metodológicos da investigação. Trata-se da natureza da pesquisa, tipo de pesquisa, objectivos, população e amostra, tipo de amostragem, instrumentos de colecta de dados. O capítulo IV faz menção à análise e interpretação dos dados para melhor compreensão dos resultados da

pesquisa feita no campo de intervenção e por fim, o capítulo V apresentam-se as referências bibliográficas, apêndices e os anexos.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Após a fase introdutória segue o capítulo cuja finalidade é discutir a teoria que sustenta a pesquisa e fazer a discussão dos conceitos-chave e sua operacionalização.

1.1 Enquadramento Teórico

A teoria marxista, também conhecida como marxismo, foi desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX. Eles propuseram uma análise crítica do capitalismo, enfatizando a luta de classes, a exploração do trabalhador pelo capitalista e a necessidade de mudanças sociais para alcançar uma sociedade mais justa. A teoria marxista influenciou profundamente a política, a economia e a sociologia ao longo dos anos (Lazáro, 2010).

Segundo Lazáro (2010), a teoria marxista teve uma influência significativa na política e na economia ao longo do século XX e até os dias actuais. Na política, o marxismo inspirou movimentos revolucionários e partidos políticos em várias partes do mundo, especialmente durante o século XX, resultando em governos comunistas e socialistas em alguns países.

Na economia, a teoria marxista contribuiu para o desenvolvimento da crítica ao capitalismo, destacando a exploração da classe trabalhadora e a desigualdade de riqueza. Além disso, influenciou o surgimento de escolas de pensamento económico que buscam alternativas ao sistema capitalista predominante.

No entanto, segundo Nogueira (2009) citado por Lazáro (2010), o principal objectivo da teoria marxista é compreender e transformar a sociedade, especialmente no que diz respeito à luta de classes, à exploração do trabalho e à busca por uma sociedade mais igualitária e justa. Marx propôs uma análise crítica do capitalismo, visando à emancipação da classe trabalhadora e à criação de um sistema socialista onde os meios de produção seriam controlados colectivamente.

De acordo com Marx (1818-1883) citado por Lazáro (2010), a teoria marxista continua a ser relevante para a compreensão do capitalismo moderno, embora o contexto económico e social tenha evoluído desde os tempos de Marx. Muitos dos conceitos marxistas, como a exploração da força de trabalho, a concentração de riqueza e o papel do Estado na perpetuação das desigualdades.

No contexto do capitalismo moderno, a teoria marxista é frequentemente utilizada para analisar questões como a crescente desigualdade de renda, as condições de trabalho, a globalização e as crises económicas.

Portanto, a teoria marxista oferece uma lente crítica valiosa para entender as dinâmicas do capitalismo moderno e suas implicações sociais, económicas e políticas. Assim sendo, a teoria marxista aborda a pobreza como um resultado das relações de produção capitalistas, onde a classe trabalhadora é sistematicamente explorada pela classe capitalista.

Além disso, as críticas marxistas ao sistema capitalista continuam a influenciar movimentos sociais e políticos que buscam reformas ou alternativas ao modelo económico predominante (Lazáro, 2010).

Segundo Marx, a pobreza é uma consequência directa da desigualdade estrutural inerente ao sistema capitalista, onde os trabalhadores recebem salários baixos enquanto os donos dos meios de produção acumulam riqueza (Lazáro, 2010).

Além disso, a teoria marxista argumenta que a pobreza é uma condição necessária para a manutenção do sistema capitalista, pois uma reserva de mão-de-obra barata é fundamental para garantir lucros elevados aos capitalistas. Dessa forma, a relação entre a teoria marxista e a pobreza é fundamentalmente crítica, apontando para a necessidade de transformações estruturais na sociedade para superar as condições de desigualdade e pobreza (Lazáro 2010).

Entretanto, segundo Nogueira (2009), citado por Lazáro (2010), a relação entre a teoria marxista e a problemática das uniões prematuras pode ser abordada sob a perspectiva das relações de produção e das estruturas sociais.

De acordo com a teoria marxista, as condições económicas e sociais influenciam fortemente as relações humanas, incluindo as relações familiares. No contexto das uniões prematuras, a teoria marxista pode ser utilizada para analisar como as desigualdades económicas e a exploração dos trabalhadores contribui para essa prática. Em muitos casos das uniões prematuras está relacionado à pobreza, à falta de oportunidades educacionais e à necessidade de segurança económica, especialmente em comunidades onde as condições de vida são precárias.

Portanto, ao aplicar a teoria marxista à problemática das uniões prematuras, é possível compreender como as condições económicas e sociais influenciam essa prática e como a transformação das estruturas sociais e económicas é fundamental para enfrentar esse problema. Na teoria marxista, os mecanismos de prevenção e mitigação das uniões prematuras estão intimamente ligados à transformação das condições económicas e sociais que contribuem para essa prática.

1.2. Enquadramento conceptual

A discussão de conceitos permite a aproximação da realidade empírica, através do estabelecimento de dimensões e indicadores. Portanto, para o efeito da presente pesquisa foram trazidos os seguintes conceitos-chave: Uniões Prematuras, Intervenção e Assistente Social.

1.2.1 Uniões prematuras

Refere-se à união conjugal envolvendo pelo menos uma pessoa que ainda não atingiu a idade legal para consentir com o casamento ou para assumir responsabilidades conjugais. A definição exacta de "idade prematura" varia de acordo com as leis e normas de cada país, mas geralmente está associada à idade inferior a 18 anos (Fernandes, 1998).

As uniões prematuras são questões complexas que estão ligadas à factores sociais, culturais, económicos e de género. Nas comunidades rurais, em particular, uniões prematuras muitas vezes estão relacionadas à práticas tradicionais, pobreza, falta de acesso à educação e desigualdades de género, não deixando de fora a falta de informação.

Essa prática pode ter impactos significativos na vida das pessoas envolvidas, especialmente das meninas, incluindo restrições à educação, riscos à saúde física e emocional, e interrupção do desenvolvimento pessoal e profissional (Fernandes, 1998).

Portanto, a prevenção e mitigação das uniões prematuras são temas importantes em contextos rurais, exigindo abordagens sensíveis às especificidades dessas comunidades (Fernandes, 1998). As consequências das uniões prematuras podem ter impactos significativos e duradouros, especialmente para as pessoas que se casam em idade jovem.

1.2.2. Intervenção

A intervenção é um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social, a que chamaremos interventor social, desenvolve como recurso social para a solução do problema do seu utente. Esse processo é feito de forma interactiva com o utente, através de um sistema de comunicação diversificado com o objectivo de ajudá-lo a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulo e combatendo obstáculos à mudança (Carmo, 1998, p. 19).

O autor acima destaca a intervenção no âmbito pluridisciplinar, tendo como valor acrescentado a diversidade dos contributos. Assim, desta diversidade podem retirar-se três

tipos de contributo profissionais em intervenção social distinta: contributos especializados na fase do diagnóstico da realidade social; especializados na fase de intervenção social e generalistas na identificação de uma especialização sistémica e holística.

Segundo De Robertis, (2003, p.68), intervenção é tida como conjunto de acções e estratégias desencadeadas pelo trabalhador social para modificar a situação do (s) seu(s) utente(s), em função das situações e problemas concretos, independentemente de se tratar de um indivíduo isolado, um grupo ou uma comunidade.

É perceptível que o método de intervenção se utiliza tanto no trabalho com indivíduos, famílias ou grupos pequenos, ou seja, numa dimensão microsocial, como no trabalho de comunidades locais ou em grandes categorias sociais, isto é, numa dimensão macrossocial.

Os autores acima citados são unânimes em considerar a intervenção como o conjunto de estratégias adotadas para o alcance e concretização de bons resultados nos percursos de inserção, que respondam às reais expectativas e necessidades dos utentes. A perspectiva de Carmo (1998) conformou-se à linha desta pesquisa, pois, destaca elementos relevantes, como: intervenção com grupos, comunidade e organizações.

1.2.3. Assistente Social

Para entender melhor o conceito de Assistente Social é preciso destacar, o projecto ético-profissional do Serviço Social o qual direcciona o seu entendimento em termos de princípios e valores éticos e político, visando à defesa permanente dos direitos sociais e humanos, da democracia e das oportunidades de participação dos sujeitos com quais se trabalha (Netto, 2007, p. 6).

Assistente Social é um profissional formado em Serviço Social e que tem como objecto de trabalho a “Questão Social” com suas diversas expressões (Piana, 2009, pg.15). Este actua na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que visam à preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e da justiça social.

Por um lado, Raichelis (2009, p. 377) considera o assistente social como um profissional que, actua sobre certos factores relacionados com interacções dos indivíduos com o meio envolvente. Ele é responsável por realizar o planeamento e execução de políticas públicas e programas sociais que promovem o bem-estar colectivo e a integração do indivíduo na sociedade.

Qualquer que seja o problema levado ao assistente social (seja de caso ou de grupo), o auxílio dado pode ser de três diferentes tipos: compreensão passiva, guiar e aconselhar na solução do problema e providenciar ou tornar mais acessíveis os meios práticos de ajuda, recursos materiais tangíveis ou serviços que elas não têm ou não podem alcançar (Núncio, 2015. P. 20).

Os autores supracitados convergem na ideia de que, o assistente social é um profissional formado numa área científica específica Serviço Social, que possui na actualidade uma soma das experiências em diferentes campos de actuação. Ele modifica a sua forma de actuação profissional, levando em consideração a demanda que lhe é atribuída e a necessidade de responder às exigências e às contradições da sociedade capitalista.

Sendo que é um profissional que atua em defesa permanente dos direitos sociais e humanos, da democracia e das oportunidades de participação dos sujeitos, a quando a sua inserção na sociedade.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

Torna-se imperioso em qualquer trabalho da profissão do Serviço Social orquestrar o plano de intervenção destinadas ao grupo-alvo em estudo para melhor compensar e analisar o objecto em estudo. Entretanto, este capítulo que gira em torno do plano de intervenção, destina-se a apresentação das principais acções ou estratégias de intervenção social que visam reverter a situação do problema identificado. A primeira actividade consistiu em fortalecimento comunitário e apoio psicossocial, a segunda actividade consistiu em monitoramento e avaliação de programas de protecção social e a terceira actividade consistiu em visitas domiciliárias as raparigas envolvidas nas uniões prematuras.

2.1 Fortalecimento Comunitário e Apoio Psicossocial a Raparigas

A primeira actividade consistiu em fortalecimento comunitário e apoio psicossocial a raparigas envolvidas nas uniões prematuras, a mesma actividade tinha como objectivo: conhecer as condições de habitabilidade das raparigas, saber as causas e factores que influenciaram nessa prática, identificar as dificuldades e desafios que eram enfrentados por elas, difundir informações relativos a riscos e consequências que a prática das uniões prematuras pode trazer em suas vidas. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, a direcção dos Serviços Sociais do Género Criança e Acção Social de Katembe, as raparigas e suas famílias, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas.

Durante a primeira actividade foi possível usar as técnicas de colectas de dados como a entrevista semiestruturada e observação participante. Entretanto, de acordo com Lakatos (2010), as entrevistas estruturadas baseiam-se a partir de algumas perguntas fixas e aplicar ao entrevistador, permitindo a intervenção ao longo da realização das entrevistas, permite com que o pesquisador escute e participe directamente com o entrevistado.

Assim sendo, aplicou-se a técnica de entrevista estruturada no contexto em que a pesquisadora elaborou perguntas pré-estabelecidas em guião de entrevista de modo a colher dados a factores sócio económicos que influenciam na prática das uniões prematuras no Distrito Municipal de Katembe. De acordo com Quivy (2003), a observação participante utiliza todos sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, sendo que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações no local onde pretende estudar. Observou-se atentamente as interacções e os factores que influenciam as uniões prematuras e a convivência entre os grupos.

2.2 Monitoramento e Avaliação de Programas de Protecção Social

A segunda actividade consistiu em monitoramento e avaliação de programas de protecção social, a mesma actividade tinha como objectivo: identificar programas de protecção social direccionadas a todas as comunidades e famílias que se encontravam sem situação de pobreza e vulnerabilidade naquele distrito Municipal de Katembe, avaliar os serviços sociais que a Direcção de Katembe tem efetuado na vida das raparigas com idade de frequentar a escola e que estão em risco das uniões prematuras no bairro de Chamissava, reconstrução da identidade psicológica e social das raparigas do bairro de Chamissava. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, líderes do bairro de Chamissava, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas.

Durante a materialização da segunda actividade foram utilizadas as técnicas de estudo social e diário de campo. De acordo com Miotto (2001), o estudo social consagra-se nas seguintes qualidades e competências:

Competência técnica: habilidade do profissional na utilização de seus instrumentos de trabalho: observação, entrevista, visita domiciliar e documentação;

Competência teórica metodológica: base de conhecimentos necessária para desenvolver a perícia social - organização do processo e teorias, directrizes, leis e normatizações relativas aos direitos sociais (criança e adolescente, direito da família, etc.);

Autonomia: liberdade para decidir e emitir sua opinião profissional, escolhendo os sujeitos que serão envolvidos, bem como os instrumentos operativos e documentação;

Compromisso ético (Miotto, 2001), consiste em respeitar a autonomia e a dignidade dos usuários, promovendo a justiça social e os direitos humanos garantindo a confidencialidade e o sigilo profissional.

Neste panorama, a materialização deste instrumento foi de acordo com o pensamento do autor, no contexto em que se estabeleceu todas as regras e normas no âmbito das competências, habilidades profissionais e acima de tudo o código de ética do Assistente Social durante o processo de intervenção social no campo da pesquisa. Segundo Minayo (2012), o diário de campo é um instrumento utilizado pelos pesquisadores e investigadores para anotações, comentários, observações, análises, críticas e colecta de dados no campo de pesquisa.

2.3 Visitas Domiciliárias as Raparigas envolvidas nas uniões prematuras

A terceira actividade consistiu em visitas domiciliárias as raparigas envolvidas nas uniões prematuras, a mesma actividade tinha como objectivo: caracterizar as condições Sócio-económicas das famílias e raparigas em situação de pobreza e vulnerabilidade do distrito Municipal de Katembe, descrever os programas de segurança social básica fornecido pelo Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de modo a reintegrar as crianças para o seu bem-estar, sensibilizar pais e encarregados de educação sobre a necessidade de integração de crianças no sistema nacional de educação e aderência no ensino secundário e primário em todo bairro de Chamissava, reconstrução da identidade psicológica e social das raparigas do bairro de Chamissava.

Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, líderes do bairro de Chamissava, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas.

Os instrumentos utilizados nessa actividade foram entrevistas semi-estruturadas e laudo social. Assim sendo, de acordo com Miato (2001), a entrevista semi-estruturada é um acto, que reúne duas ou mais pessoas, com a finalidade de compreender, constatar ou identificar uma determinada situação; é um momento de escuta, ouvir é uma actividade activa do/a Assistente Social, não é um mero receber informações do usuário e vai muito além de um bate - papo.

A concretização da entrevista semi-estruturada se realizou na ocasião em que a pesquisadora entrevistou as raparigas, os pais e os encarregados da educação sobre o envolvimento das crianças em casamento processe a nível do bairro de Chamissava. Na mesma senda, foi possível observar que muitas famílias padecem de uma assistência económica para satisfazer as suas necessidades básicas como a renda, habitação, transporte, alimentação, vestuário, água potável, energia entre outras carências que as afectam.

Observou-se atentamente que a maior parte das crianças envolvidas nessa questão social são oriundas de famílias pobres e vulneráveis a nível do Distrito de Katembe. E, muitas se envolvem em uniões prematuras como meio de suprir as suas necessidades básicas acima citadas.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

No capítulo anterior fez-se a apresentação do plano de intervenção que consiste na organização sistemática das actividades a serem levadas a cabo na perspectiva de mitigar o problema social identificado.

No presente capítulo são apresentados e descritos os caminhos adoptados para a elaboração do trabalho. Assim, consta neste capítulo a natureza, e tipo de pesquisa, o método, a caracterização do local e da população da pesquisa, as técnicas e os instrumentos utilizados na recolha dos dados, o procedimento adoptado na análise e interpretação dos dados, os cuidados observados para a garantia da fiabilidade e validade dos dados, bem como na observância das questões éticas e, finaliza-se com os constrangimentos verificados no estudo

3.1 Natureza do trabalho

A presente pesquisa é de natureza qualitativa. Segundo Rudios (2012), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção da questão social dentro do seu contexto. Facilita o tratamento e análise de informação, exige menos tempo, são objectivos, e requerem menor esforço por parte dos sujeitos aos quais são aplicados.

De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Para Gil (2010, p. 128) o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenómeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contacto directo com a situação estudada.

Assim, a pesquisa qualitativa permite por um lado estudar com profundidade as taxas das uniões prematuras no contexto rural a nível do Distrito Municipal de Katembe. A pesquisa qualitativa desempenha um papel fundamental nas ciências sociais, incluindo o trabalho dos assistentes sociais, devido à sua capacidade de explorar e compreender as complexidades das experiências humanas, das relações sociais e das dinâmicas culturais (Lakatos, 2010).

A pesquisa qualitativa desempenha um papel crucial na ampliação do conhecimento nas ciências sociais e no apoio ao trabalho dos profissionais que buscam compreender e intervir em questões sociais complexas.

3.2. Tipo de Pesquisa

Em relação ao tipo de estudo, recorreremos a pesquisa bibliográfica, pois segundo Minayo (2019), é um método de investigação que envolve a análise e o estudo de fontes bibliográficas, tais como livros, artigos, teses, dissertações e outras publicações académicas. O principal objectivo da pesquisa bibliográfica é reunir, analisar e sintetizar informações já publicadas sobre um determinado tema, com o intuito de embasar teoricamente um estudo, uma pesquisa ou uma produção académica (Minayo, 2019).

A pesquisa bibliográfica sobre as uniões prematuras é fundamental para contextualizar e embasar teoricamente as intervenções e políticas nesse campo específico do serviço social. Ao realizar uma pesquisa bibliográfica sobre esse tema, os Assistentes Sociais podem: Compreender a complexidade do fenómeno das uniões prematuras, incluindo seus determinantes sociais, culturais e económicos, bem como seus impactos na vida das pessoas envolvidas (Matos, 2017).

3.3. Quanto ao Objectivo

Quanto ao objectivo, recorreremos à pesquisa descritiva. De acordo com Thiollent (1986, p.14), a pesquisa descritiva tem como objectivo descrever as características de determinadas populações ou fenómenos. Levantam opiniões e crenças de uma dada população. Podem ser associadas as pesquisas explicativas e as exploratórias.

Segundo Trivinos (1987), a pesquisa descritiva como sendo aquela que descreve com exactidão os factos e questões sociais de determinada realidade. Esta pesquisa permite que o investigador em função do objecto e dos objectivos da pesquisa correlacione todas as informações em busca da validade da mesma.

De acordo com Lakatos, (2010) a pesquisa descritiva tem por objectivo descrever completamente determinada questão social, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanta acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. A pesquisa descritiva dá-se precedência ao carácter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.

Por outra, Gil (2008), menciona que a pesquisa descritiva usa os procedimentos específicos para colecta de dados para o desenvolvimento de ideias, são aqueles estudos exploratórios

que utilizam exclusivamente um dado procedimento, como, por exemplo, análise de conteúdo, para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente.

Dessa forma, apresentam descrições quantitativas e qualitativas exactas entre as variáveis determinadas, muitas vezes são usadas em ciências sociais tanto quanto em ciências exactas a fim de ilustrar e interpretar os dados em forma de tabelas, gráficos, modelos, diagramas numa base estatística.

Entretanto, a pesquisa descritiva foi materializada em contexto que a pesquisadora descreve todas as características das uniões prematuras no distrito Municipal de Katembe.

A pesquisa descritiva possibilitou um olhar crítico e sistemático das informações que os usuários tinham em relação às manifestações da problemática. Durante o processo de concretização da mesma pesquisa foi possível notar dificuldades, obstáculos, constrangimentos que o grupo-alvo enfrentava para posterior organizar em tabela na análise e interpretação dos dados.

3.4. População e Amostra

3.4.1. População

Segundo Gil (2008), na perspectiva das ciências sociais, o conceito de população refere-se ao conjunto de indivíduos que compartilham características ou atributos comuns e que são objecto de estudo em determinada pesquisa ou contexto social.

Na área de Serviço Social, a noção de população pode estar associada a grupos étnicos, comunidades locais ou culturas específicas, sendo essencial para a compreensão das práticas culturais, sistemas de parentesco, modos de vida e relações intergrupais (Mioto, 2012). Portanto, o universo populacional do presente trabalho é constituído por oitocentas (800) raparigas em situação de vulnerabilidade.

3.4.2. Amostra

É um subconjunto representativo de uma população maior que é seleccionado para participar de uma pesquisa ou estudo (Gil, 2012). De acordo com os Serviços Distritais do Género Criança e Acção Social de Katembe no período de 2018 à 2023, mais de oitocentas (800) raparigas contraíram uniões prematuras no distrito Municipal de Katembe. No entanto, fizeram parte dessa amostra cerca de 20 raparigas com idade compreendida entre 14 aos 17

anos de idade, 2 técnicos dos Serviço Distrital do Género, Criança e Acção Social (SDGCAS) de Katembe e 1 Directora do mesmo serviço.

O método de amostragem utilizado no trabalho foi, não probabilística, uma vez que nem toda população teve a oportunidade de fazer parte do trabalho. Este método de amostragem permite proceder ao tratamento estatístico, que possibilita compensar erros de amostragem, e outros aspectos relevantes de representatividade e significância da amostra (Lakatos & Markon, 2012). A selecção de amostra foi feita na medida em que os usuários deram a possibilidade da pesquisadora colher dados relativos à problemática em estudo.

3.5. Instrumentos de Colecta de Dados

3.5.1 Entrevista Semi-estruturada

De acordo com Laville e Dionne (1999) a entrevista semi-estruturada é uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas no qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento.

No que tange a sua aplicabilidade, a pesquisadora inicialmente elaborou um guião de entrevista com o objectivo de conhecer a realidade das raparigas que contrairam uniões prematuras, contendo perguntas de natureza aberta, depois dirigiu-se ao campo, explicando aos participantes sobre os objectivos da pesquisa e, posteriormente, foram colectados os dados com o consentimento dos mesmos.

3.5.2 Estudo Social

O estudo social é uma ferramenta fundamental no trabalho do Assistente Social, sendo uma investigação sistemática e aprofundada das condições de vida, das relações familiares, comunitárias e sociais de uma pessoa, família ou grupo. É realizado com o objectivo de compreender as necessidades, potencialidades e dificuldades apresentadas pelos indivíduos e suas interacções com o meio em que estão inseridos (Martins 2001).

Este instrumento materializou-se através de entrevistas (com as raparigas, e os técnicos) e observando as interacções.

3.5.3 Observação Simples

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a observação simples ou assistemática consiste em recolher e registar os factos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas directas.

Na perspectiva de Gil (2008), observação simples entende-se como aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os factos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um actor.

3.6. Fiabilidade e Validade

Para Gil (2012), a Validade é a capacidade de uma medida para produzir os efeitos esperados. Assim, uma medida é considerada válida quando mede realmente o que se pretende medir. Assim sendo, o trabalho foi utilizado a validade externa, interna, e validade de constructo, que permitiu manter a veracidade de todos os dados colhidos no campo de pesquisa, e em nenhum momento foi adulterado e revertida as informações colhidas pela investigadora

O conceito de fidedignidade refere-se à consistência ou estabilidade de uma medida. Tome-se o exemplo de uma balança. Se essa acusa o mesmo peso para um mesmo objecto em momentos diferentes, pode ser considerada fidedigna.

Considere-se igualmente um teste psicológico. Se este fornecer a uma mesma pessoa um resultado mediano e na semana seguinte bastante superior à média, não poderá ser considerado fidedigno. Assim, para fins de pesquisa considera-se que uma escala é fidedigna quando aplicada à mesma amostra produz consistentemente os mesmos resultados (Gil, 2010). No que concerne fiabilidade a pesquisa se manteve fiel aos dados fornecidos pelos seus entrevistados, todas as raparigas estavam aptas para fornecê-la informações relevantes e satisfatórias para análise e interpretação dos dados.

3.7. Questões Éticas da Pesquisa

No que concerne a questões éticas, de salientar que todas as entrevistas efectuadas pela pesquisadora, apenas foi materializada após o pedido da credencial na Direcção do Registo Académico da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, depois submetidas em análise e recolha de dados no campo de pesquisa.

De salientar que as referidas credenciais foram exibidas nos locais onde se desenvolveu as actividades. Quanto às questões éticas do trabalho foram asseguradas a confidencialidade e anonimato através da não obrigatoriedade de menção da identidade das entrevistadas e foi garantido aos mesmo que as informações não seriam usadas para outros fins senão académicos.

Tal como Colonna (2012) destaca principais aspectos éticos da pesquisa nomeadamente: Desenvolvimento de mecanismos éticos; Consentimento informado; Sensibilidade do investigador e Reciprocidade.

3.8 Constrangimentos da pesquisa

Um dos constrangimentos enfrentados pela pesquisadora foi o excesso da burocracia, pois para além de submeter à credencial era necessário anexar um requerimento, no qual devia explicar os objectivos e as razões da pesquisa.

As dificuldades encontradas durante a elaboração do trabalho estão ligadas a apresentação no local da pesquisa. Primeiramente as raparigas tiveram vergonha e dificultaram na disponibilização da informação, pois, primeiro queriam com que a entrevistadora tivesse contacto directo com as mesmas.

No primeiro momento enfrentamos essas dificuldades. Porém depois de várias conversas e insistências, algumas começaram a fornecer informações credíveis até o local das residências. A outra dificuldade estava relacionada na identificação das raparigas envolvidas nas uniões prematuras. Outras dificuldades estão relacionadas com a deslocação, o financiamento do trabalho, transportes, questões essas que necessitam ser ultrapassadas no campo científico.

Apesar do constrangimento verificado e da sua respectiva interferência nos dados ofertados, não compromete os resultados das pesquisas visto que reaplicou-se entrevistas semiestruturadas, que conferiu maior liberdade as pesquisadas.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Neste capítulo pretende-se fazer a apresentação, análise e interpretação dos dados colectados no contacto que se teve com os participantes da pesquisa, da informação colhida no campo da pesquisa e cujo instrumentos utilizados formam a observação participante, estudo social, diário de campo e entrevista estruturada.

4.1. Caracterização da instituição

Os SDGCAS de Katembe é um órgão do estado vocacionado ao acolhimento de casos sociais relacionados à bolsas de estudo; concede apoio alimentar às camadas vulneráveis, concede apoio de cadeiras de rodas para pessoas com deficiência, faz a reiteiração ao lar dias idosos desapamparados e também faz reiteiração das crianças órfãs e vulneráveis nos centros de acolhimento. Actualmente, os SDGCAS de Katembe funciona com 5 funcionários, dos quais 2 técnicos e 1 motorista administrativa, 1 motorista de serviço, destes e a directora formada em Educação de infância. A instituição conta com a seguinte estrutura: 1 gabinete da directora, um gabinete para 2 técnicos sociais, 1 sala de recepção, 1 copa, 1 armazém interno e uma casa de banho interna.

4.2. Perfil Sociodemográfico dos entrevistados

Neste subcapítulo apresenta-se o perfil sociodemográfico das entrevistadas. O trabalho de campo contou com a participação de 20 raparigas envolvidas nas uniões prematuras, tendo como variáveis: idade, estado civil, profissão, nível da escolaridade e número de agregado familiar.

Dentre as entrevistadas, 20 raparigas estão casadas maritalmente, em relação ao nível de escolaridade, 15 raparigas são analfabetas e 5 estão na 5ª classe do ensino primário, no que concerne a profissão, 20 raparigas estão desempregadas, em relação ao agregado familiar, 11 raparigadas estão num agregado familiar composta entre 5 elementos a 7 elementos e 9 raparigas estão num agregado composto entre 8 a 9 elementos residentes no bairro de Chamissava do Distrito Municipal de Katembe. Ainda nesta senda, entrevistou-se também dois técnicos do sexo masculino, e uma directora dos SDGCAS de Katembe.

A questão social das uniões prematuras é complexa e requer fundamentos para poder analisar e avaliar as possíveis causas e factores que estão interligados nessas questões. Outros autores dizem que podem estar associados à preguiça laboral por parte dos pais e encarregados de educação, outros por falta de rendimentos para satisfazer as suas necessidades. Durante a

observação feita no local da pesquisa constatou-se que essas crianças estão unidas maritalmente por serem obrigadas pelos seus pais ou devido as condições financeiras baixas.

Tabela 1: idade das entrevistadas

| Idade | Nº dos entrevistados |
|--------------------------|-----------------------------|
| De 14 a 15anos de idade | 7 |
| De 15 a 16 anos de idade | 8 |
| | |
| De 16 a 17 anos de idade | 5 |
| Total | 20 |

Fonte: Elaboração própria, (2024).

Os dados acima apresentam a faixa etária das entrevistadas no bairro de Chamissava, o que de certa forma nos permite analisar e perceber como o grupo-alvo está directamente relacionado com a questão social em análise. Dentre as entrevistadas, constata-se que a idade mínima é de 14 anos e a máxima é de 17 anos de idade. A sua distribuição é de alguma forma homogénea pelos vários grupos etários.

Através dessa variável podemos constatar que as idades das crianças entrevistadas são bastante menor o que de alguma forma coloca em preocupação as autoridades e a direcção dos Serviços Distritais do Genero Criança e Acção Social de Katembe na elaboração de programas e estratégias que visam na integração de crianças no sistema nacional de educação bem como em programas de protecção social.

4.3 Percepções e Factores que influenciam nas uniões prematuras

A gravidez constitui um dos fenómenos recorrentes em adolescentes no Distrito Municipal de Katembe e a sua incidência está associada à factores como início precoce da vida sexual, a falta de informação sobre os métodos anticonceptivos para a prevenção da gravidez, a pobreza, a educação limitada, os ritos de iniciação, o desemprego por parte dos pais e encarregados de educação, a renda familiar entre outros factores (Silves 2019). A gravidez resulta também das influências que a adolescente recebe nas várias relações sociais que desenvolve no seio do seu mundo envolvente, como mostram os dados deste trabalho.

A gravidez na adolescência é significada e percebida de diferentes maneiras pelas adolescentes no mundo social visto que, cada vivência a fase da gestação de formas diferentes tendo em conta que, trata-se de actores que se encontram inseridas em contextos sociais

multiculturais e multidimensionais que lhes incute um conjunto de valores, práticas, normas e atitudes também diferentes.

Assim, as percepções e significados das adolescentes sobre a gravidez dependem do contexto social em que se encontram inseridas visto que, é nesse contexto que são influenciadas e interiorizadas certos valores sociais sobre o seu ser no mundo da vida.

Desta forma, as adolescentes entrevistadas neste trabalho, significam e percebem a gravidez precoce em função das categorias sociais, dentre as quais se destacam os seus próprios significados, da família (pai e mãe), amigos e parceiros ou mesmo pela imposição dos pais e encarregados de educação devido a alto índice da pobreza e vulnerabilidade (Silves 2019).

Ao exemplo disso, a entrevistadora perguntou as raparigas envolvidas nas uniões prematuras sobre os factores que as influenciavam nesse exercício. As respostas foram descritas em dados a seguir:

“Eu não gostaria que casa-se cedo, tinha sonhos altos de poder estudar e ajudar os meus pais, mas devido a falta de condições financeiras, os meus pais tiveram que me obrigar a casar para não poder que mendigar alimentos e comida na casa dos vizinhos. Meu marido veio me lobolar e desde então estou aqui no lar a cuidar da minha família” (Criança de 14 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“Na verdade as coisas não correram como deveriam ser, estou casada porque cansei de viver mal e em péssimas condições na minha família, sempre passávamos mal por falta de alimentação, renda e outras necessidades básicas. Mais hoje me sinto segura e estável dentro do meu casamento. Apesar de que muitos questionam por eu ser menor de idade, mais me sinto confortável e segura” (Criança de 15 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“Estou casada a um ano com meu marido, mais os principais motivos foram por falta de condições financeira e um pouco da pressão dos meus pais. Meus Avós aceitaram me loborar só porque eles queriam ganhar o dinheiro. A princípio recusou porque achei muito estranho, mais o meu marido é compreensível e amável comigo. Isso me deixa feliz. E aposto que as coisas irão sair muito bem entre nós” (Criança de 16 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

Nesta senda, a entrevistadora perguntou novamente a raparigas envolvidas nas uniões prematuras sobre os factores e as causas que as influenciavam nesse exercício. As respostas foram descritas em dados a seguir:

“A princípio tive problemas familiares, me envolvi com meu namorado e acabei engravidando, meus pais por constatarem essa situação tiveram que me deixar em casa do meu namorado. Desde então, estou aqui a cuidar do lar. O meu casamento não tem haver com condições económicas, mais sim problemas familiares por parte da família do meu namorado e meus pais” (Criança de 17 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“Vivemos numa comunidade que o casamento ainda não é proibido pelo governo. Meus pais casaram muito cedo e disseram que também eu deveria casar cedo de modo a me prevenir e não brincar mal com outros adolescentes. Então com medo de perder, veio meu marido apostou dinheiro para meus pais e acabaram aceitando o lobolo” (Criança de 16 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“Na verdade casei devido as situação de alimentação e a falta de oportunidades de estudar. Fiquei muito tempo sem estudar e quando fiquei em casa, meus pais me obrigaram a casar” (Criança de 17 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

A pobreza constitui o principal determinante no que diz respeito às uniões prematuras em Moçambique. Alguns pais apoiam-se na ideia de suas filhas menores de 18 anos deixarem de frequentar o ensino primário para se casarem, geralmente com um homem adulto, muito mais idoso, na expectativa de obter um rendimento para suas famílias, ter um genro que aliviará as despesas, sendo um agregado familiar (Siteo, 2017).

Elas deixam de ir à escola para assumir os seus novos papéis sociais, os de esposas. Para Bagnol et al (2015), nas situações em que os esposos abandonam suas esposas (menores), elas ficam com os bebés que resultam desse casamento, sob os cuidados de avós, fato que implica grande insegurança, tanto para a mãe adolescente quanto para o bebé, especialmente quando a família tem poucos recursos financeiros e é incapaz de sustentá-los.

De acordo com Siteo (2017), são muitas as meninas casadas precocemente na área rural. São os próprios pais ou familiares que as entregam a homens com idade avançada, em troca de

valores monetários, o que configura crime, ainda que desconheçam a legislação internacional que trata do assunto. Essas meninas tornam-se mães na idade de 14 a 16 anos.

Depois disso, infelizmente, muitas são abandonadas pelos seus esposos, que emigram para áreas urbanas em busca de trabalho, sem deixar rastros. Assim, este estudo salienta que as uniões prematuras em Moçambique podem ser a principal causa e a consequência do abandono escolar, além da perpetuação da pobreza entre mulheres e meninas, ocasionando uma legião de pessoas em total situação de vulnerabilidade.

Segundo a abordagem de Siteo (2017) remete ao fato de que os pais ou encarregados de educação, ao aceitarem as uniões prematuras, ficam na expectativa de lograr diminuir o efectivo em casa e amortizar os encargos da família. No entanto, muitas vezes, isso não é o que acontece.

Em 2016, na Escola Secundária de Chamissava, Província de Maputo, Distrito Municipal de Katembe região sul de Moçambique, 23 meninas entre 12 e 14 anos de idade deixaram de frequentar a escola, por preferirem contrair matrimónio. Seus pais justificaram que foi devido à falta de condições económicas, como descrito a seguir:

O noivo leva alguns alimentos como peixe e farinha para almoço. Uma bebida [alcoólica] [...] preparada para o pequeno número de convidados. Na sequência do casamento, a família da noiva cede um espaço do seu terreno, onde o genro vai construir a sua casa o qual passa assim, a reforçar a capacidade produtiva familiar, partilhando os seus rendimentos com os sogros, com quem partilha até as refeições diárias (Siteo, 2017, p. 4).

As uniões prematuras, então, servem para superar dificuldades económicas. A par disso, o relatório de pesquisa de 2014, do Instituto Panos África Austral [PSAF] (2014), assinala que muitos estudos apontam a pobreza como a principal causa da persistência das uniões prematuras, reiterando que muitas famílias (moçambicanas) não têm condições para sustentar os seus filhos, enquanto as famílias lutam para dar o mínimo necessário para a criança, algumas crianças envolvem-se em actividades de prostituição e outras se juntam a homens adultos na expectativa de obter ganhos económicos. Também existem alegados casos em que as famílias incentivam as crianças a procurarem meios de sustento (PSAF, 2014, p. 4).

Essa prática, em síntese, contribui para a marginalização das meninas. Ainda de acordo com os dados do Relatório do PSAF em destaque, é comum ver jovens casais unidos prematuramente vivendo em condições sociais e de saúde difíceis. Por vezes são desnutridos e vivem em extrema pobreza, sem condições nem mesmo de se alimentarem nos seus lares.

O Secretariado da Organização Mundial da Saúde (2016) na região da África publicou um relatório no ano de 2016, intitulado Actividades da OMS na Região Africana 2015-2016, Relatório da Directora Regional. O documento foi elaborado durante o período de transição dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio de 2000-2015 para os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável para o período de 2016-2030.

A Organização Mundial da Saúde (2016) constata a persistência de diversificados desafios no que tange à qualidade de vida da população, nos países africanos, durante o período coberto pelo relatório (2015-2016). Assinala que “A Região Africana continua a carregar um fardo elevado de doenças quando comparada com outras regiões [...] até ao final de 2015 a maior parte dos países não tinha alcançado totalmente os ODM relacionados com a saúde” (OMS, 2016, p. 57).

OMS (2016), comprometeu-se em fornecer apoio técnico a Moçambique e os demais Estados-Membros da região na área de desenvolvimento sanitário, junto dos governos doadores, parceiros e agências de desenvolvimento, a fim de criar mecanismos estratégicos e de investimento, incluindo a revisão de políticas nacionais de saúde, sistemas de monitoramento e avaliação de todas as actividades que favoreçam a erradicação imediata da pobreza, que contribui para a prevalência de surtos epidémicos que incluem HIV/AIDS, mortalidade materna e infantil, desnutrição e questões relacionadas à igualdade de género. No entanto, apesar dos esforços nacionais e internacionais, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não foram totalmente alcançados em toda a África Subsaariana, incluindo Moçambique.

Um dos determinantes que deixam meninas vulneráveis às uniões prematuras em Moçambique é a orfandade. As meninas órfãs enfrentam severas dificuldades para cuidar dos seus irmãos menores após o falecimento dos seus pais biológicos.

A situação é piorada quando os pais morrem em casas alugadas, porque as crianças ficam sem abrigo. Preferem, então, casar-se com alguém para ajudar nas despesas (UNICEF-Moçambique, 2016). Daí a importância de o Conselho de Escola criar uma comissão que auxilie as crianças a identificar colegas em risco de Casamento Prematuro.

Após a identificação, a Comissão intervém, encaminhando os casos para a Acção Social, sector responsável pela ajuda às crianças órfãs e vulneráveis, e conseqüentemente, busca-se garantir-lhes a permanência na escola, até concluir pelo menos os sete anos de escolaridade gratuitos e obrigatórios no país. Entretanto, credencia-se que esses factores de certa forma põem em risco a vida de todas as raparigas quando são negligenciados por parte das entidades que zelam por esta causa.

Nesta ordem de ideia, Marx (s/d) apud Montano e Duriguetto (2010) defende que o Estado é um produto da sociedade civil (burguesia), expressa suas contradições e as perpetua. Ou seja, o Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas na prática, representa o de uma classe.

Portanto, de modo a minimizar esta acção, o Estado junto das organizações não-governamentais deveriam lutar em prol da integração de crianças em programas de protecção social entre outros mecanismos que visam a segurança e assistência social das mesmas.

4.4 Consequências e Vivências das uniões prematuras

As consequências enfrentadas pelas raparigas grávidas são de várias ordens. Questões ligadas a factores de ordem médica (a saúde da adolescente), as de ordem psicológicas e as de ordem social tais como, o abandono escolar, a falta de preparo para levar ao termo a gravidez, a rejeição vinda dos pais, amigos e parceiro por estarem grávidas enquanto menor de idade. Segundo Neto (2007), as uniões prematuras ocorrem a gravidez na adolescência, nos países em desenvolvimento, é considerada um risco social e representa uma questão grave de saúde pública devido aos problemas que levanta, como por exemplo, o abandono escolar e os riscos para a saúde.

Das 20 raparigas entrevistadas, 7 raparigas referiram ter deixado de estudar devido a vergonha que sentiam, as condições económicas que não possuíam para manter seus estudos com a nova situação e a problemas de saúde que também enfrentam. E 13 raparigas referenciaram que com a gravidez tiveram que ir ao lar e conseqüentemente, abandonaram os estudos e deixaram de se relacionar com as amigas do bairro para se dedicar a nova vida.

César *et al.* (2000) refere que, com as uniões prematuras, a gravidez precoce, as raparigas encontram maiores dificuldades em conciliar os estudos com os cuidados que devem prestar ao bebé, o que resulta em sua interrupção e acabam por retardar o seu ingresso no mercado de trabalho.

Ao exemplo disso, a entrevistadora perguntou as raparigas envolvidas nas uniões prematuras sobre as consequências dessa prática em suas vidas. As respostas foram descritas em dados a seguir:

“Por ser menor de idade, quando fiquei grávida passei por situações chatas porque meu parceiro não queria assumir a minha gravidez, vivi momentos difíceis pois não tinha nada planejado para esta nova realidade e porque meus pais obrigaram-me a ir viver com meu parceiro e assim, deixei de estudar e brincar com as amigas do bairro e esta situação deixou-me triste e percebi que já não vivia no mundo de rosas” (Criança de 15 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

Algumas raparigas entrevistadas disseram que com a gravidez dentro das uniões passaram a vivenciar problemas de hipertensão, anemia, vertizes, problemas respiratórios, infecção urinária e dores de estômago. Como mostra esta entrevistada:

“Do jeito que sou criança, com esta gravidez passo muito mal, tenho problemas de anemia e as vezes sinto dores nas pernas e nem consigo movimentar-me e fazer caminhadas longas. Por vezes fico com falta de apetite e por este motivo já estive de baixa no Hospital de Mavalane. Quando fiquei de baixa no hospital, a enfermeira disse-me que sofro duma crise hipertensiva devido a algumas mudanças que o meu corpo enfrenta e também de infecção urinária” (Criança de 16 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

As uniões prematuras não só compromete o futuro da menina envolvida, como também constitui um grave problema de saúde pública. As possíveis implicações são infecções por HIV, abortos espontâneos ou provocados, anemia, depressão infantil, e fístula obstétrica (episiotomia). Em casos piores, as uniões prematuras tem aumentado a mortalidade materna infantil. Os dados do III Censo Geral da População e Habitação realizado em Moçambique mostram que 20% de mortes maternas resultam das mulheres que engravidam com menos de 18 anos (INE, 2008).

De acordo com o UNICEF (2016), as uniões prematuras em Moçambique faz com que muitas meninas abandonem a casa dos pais. Os fenómenos da gravidez indesejada e das graves doenças que podem levar à morte fazem com que as crianças fiquem limitadas para continuar com os seus estudos.

Em vez de dedicar o seu tempo à escola e às brincadeiras, assumem o seu novo papel social, o de esposa, sendo que dificilmente conseguem progredir. Cada menina casada antes dos 18 anos promove uma tragédia individual e colectiva. O PSAF (2014) assinala que meninas envolvidas nessa prática ficam mais pobres e marginalizadas. Não chegam a obter emprego do seu gosto; ficam vulneráveis à instabilidade psicológica, e têm as suas vidas e os seus futuros comprometidos. A minimização das uniões prematuras ainda não é uma prioridade do Estado moçambicano, pois não envolve activamente o Conselho da Educação e outras organizações não-governamentais em acções de combate.

Estes resultados mostram que, as uniões prematuras e gravidez precoce a rapariga enfrenta graves problemas de saúde como as de respiração e de baixo peso devido às transformações corporais que se verificam, pois quando a barriga da rapariga cresce mais risco de parto prematuro ameaçam-na. Num estudo relacionado com a mesma problemática, Osório (2007) defende que, a gravidez precoce em termos de saúde pode levar a infecções, partos demorados com necessidade de cesariana.

Quando interrogamos as raparigas desta pesquisa no que tange ao conhecimento que elas têm sobre os riscos causados por uma gravidez precoce, todas responderam que não tinham nenhum conhecimento relacionado com os riscos causados por uma gravidez. Dados revelam que as entrevistadas reconheciam que os problemas de saúde que sofrem estão relacionados com o facto de ter ficado grávida precocemente.

Davidoff (2001) mostrou que, existem evidências de que a gestação nesse período interrompe o crescimento pessoal e profissional da jovem e de seu parceiro; a adolescente grávida abandona os estudos e após o parto é difícil retornar. O rapaz pode ter que trabalhar para ajudar a criar o filho, e isso resulta em dificuldade nos estudos. A dependência familiar da rapariga gestante intensifica-se.

No entanto, a entrevistadora perguntou novamente à raparigas envolvidas nas uniões prematuras sobre as consequências dessa prática em suas vidas. As respostas foram descritas em dados a seguir:

“Eu não conhecia nenhum risco de saúde causado por uma gravidez, mas com a minha gravidez percebi que, a mulher quando engravida corre o risco de ter muitas doenças como a infecção urinária, problemas respiratórios até enfrentar dificuldades para caminhar” (Criançade 14 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

Estes dados mostram também que a gravidez precoce pode desenvolver consequências na vida da adolescente como, o medo, um sentimento que vem em primeiro lugar como impacto, quando adolescente toma conhecimento de que está grávida. O medo que as raparigas sentem é condicionado pelas incertezas, agitações e intranquilidades que a gravidez provoca. O sentimento de responsabilidade, que só aparece quando as raparigas se dão conta da aparição da sua barriga na vida social.

Os resultados mostram que as adolescentes reconhecem que, a gravidez é a perda de liberdade uma vez que, distanciam-se do seu grupo de amigas e perdem o seu estilo de vida “natural” para vivenciar a maternidade, e, é também interpretada por estas entrevistadas como um fenómeno que interrompe o seu desenvolvimento próprio da idade pois, faz com estas assumam responsabilidades e papéis de adulta antes do momento desejado, visto que, em pouco tempo vê-se obrigada a dedicar-se aos cuidados maternos ao em vez de pensar nas acções desenvolvidas na adolescência como demonstra nos depoimentos abaixo.

“Gravidez dá trabalho, a pessoa tem que ser mais responsável. Estar grávida não é nenhuma brincadeira, é crescer obrigada e por vezes, temos que deixar de fazer o que fazíamos antes de engravidar. Aprender a ter cuidados com bebés para poder cuidar do seu filho melhor” (Criança de 15 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

Com as consequências das uniões prematuras e gravidez precoce constatamos que, para o grupo de raparigas entrevistadas, a gravidez serve como um despertar para o reconhecimento dos riscos e mudanças que a rapariga passa na sua vida devido a gravidez, a partir da sua experiência no quotidiano.

Segundo Dias e Gomes (1999) defendem que os significados sobre gravidez mostram, se aquilo que o indivíduo vivência é agradável ou doloroso. Enquanto César et al (2000), mostra que tornar-se mãe durante a adolescência é uma experiência complicada, pois são muitas exigências que aparecem na vida da adolescente. Alega também que esse quadro pode agravar-se quando ocorrido em ambiente menos favorável, onde a adolescente possui diferentes configurações como, uma adolescente que provém de uma classe baixa encontra maiores dificuldades para levar ao termo a sua gravidez.

No entanto, os resultados deste estudo não corroboram com as afirmações mencionados por César et al (2000) pois, 4 adolescentes referiram que não tinham um poder económico elevado mas mesmo assim, descreveram a experiência da sua gravidez como agradável

porque a maternidade lhes condicionou a ter vontade de tornarem-se mães e não levanto em conta, as consequências sociais que atravessavam como, rejeição e estigma devido a gravidez. Os dados ressaltam esta ideia quando mostram que, apesar de existir reacções negativas sobre a gravidez da adolescente no seio das famílias e das outras redes sociais nas quais estas fazem parte, onde desenvolvem as suas acções, interacções e se relacionam, não tiveram vontade de abortar mesmo não tendo condições económicas melhoradas para sustentar o filho.

Quanto à experiência da gravidez que as adolescentes têm tido no seu quotidiano constatamos que, sendo as adolescentes grávidas têm tido um grande aprendizado sobre a maternidade, pois conversam com outras mulheres experientes na área da maternidade, e com um conhecimento sobre os cuidados a ter com o bebé. Além disso, estas adolescentes referiram que, deixaram de ter muitas brincadeiras tais como, não sair de noite e dormir tarde.

A realidade social das adolescentes grávidas entrevistadas aponta para uma enorme reformulação de estilo de vida visto que mudam basicamente o seu grupo de amigas, a sua forma de ser e estar como sujeito na vida social devido a um novo papel que desempenham. As amigas deixam de ser meninas da mesma idade e por vezes do bairro porque vivenciam a sua maternidade no novo lar (na casa dos sogros). As brincadeiras que antes de estarem grávidas tinham são totalmente reformuladas na maternidade e a sua forma de vestir também muda com o tempo.

As entrevistadas que vivem com seus sogros e parceiros referiram que o seu modo de vida também mudou bastante, pois, agora desempenham papel de “nora e esposa”, dedicam-se mais ao parceiro e aos trabalhos domésticos. Não saem de casa a qualquer hora porque não tem tido tempo ou porque o parceiro proíbe de sair de noite. Mas em contrapartida, mostram que a emoção de estar no novo bairro e casa é tanta uma vez que, tem uma nova família, e através da mesma muda os hábitos de sua vida social. Declaram que têm mais tempo para conversar e conhecer os sogros e as cunhadas como podemos ver nos trechos abaixo:

“Como mulher grávida, a experiência que tenho é que, estando agora a viver com meus sogros e meu parceiro, aprendi a brincar e sair de forma limitada porque não tenho tido tempo para conversar com amigas. Tenho tido muito trabalho de casa, mas por um lado, confesso que sinto-me emocionada pois, agora tenho muito tempo para conversar com meus sogros” (Criança de 17 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

É de salientar que, ao longo da recolha de dados no campo, procuramos perceber a estratégia usada pelas raparigas para saber da existência da gravidez enquanto eram menores de idade. Assim, foi interessante destacar que, entre estas raparigas que existe uma unanimidade na maneira como elas ficaram, a saber, da sua gravidez uma vez que, 8 raparigas referiram ter tido conhecimento da sua gravidez através do atraso do período menstrual e apenas 12 afirmaram que foi através de teste da farmácia, após ter notado mudanças no desenvolvimento do seu corpo.

No que concerne ao sentimento que as raparigas têm em ser mãe, constatamos que, as adolescentes afirmaram estar emocionadas e felizes com o facto de saber que em alguns meses poderão segurar o seu filho nos braços e serem também chamadas de mãe. Referiram também que, ser mãe será um grande desafio para elas, tendo em conta o seu quotidiano uma vez que, este novo papel irá modificar ou alterar as suas acções e modo de ver a vida, pois, o bebé poderá influenciar de uma forma determinante o seu jeito de pensar. Como podemos ver nos trechos seguintes:

“Eu sinto-me muito emocionada e alegre em saber que terei um filho e ele vai poder chamarme de mãe, a gravidez deixa-me muito feliz e tenho a certeza de que meu filho poderá influenciar muito na minha forma de agir e pensar” (Criança de 16 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

No entanto, relativamente a mesma questão, 4 das adolescentes entrevistadas manifestaram um sentimento moderados, isto é, declararam que sentiam-se muito felizes em saber que serão mães, mas ao mesmo tempo preocupadas pois diziam não saber como lidar com este papel ou nova identidade.

As uniões prematuras têm dois efeitos directos na educação: o primeiro é o abandono escolar e, o segundo, o fraco desempenho escolar da rapariga. Na Estratégia de Género do Sector da Educação e Desenvolvimento Humano 2016-2023, o MINEDH nota que à medida que as raparigas crescem, os índices de desistência aumentam. Em termos de tendência, nota-se uma lentidão na redução das taxas de desistências de raparigas no ensino primário, ao passo que, no ensino secundário, se verificou uma subida. Estes dados indicam um crescente nível de desistências de raparigas à medida que passam à adolescência, geralmente entre os últimos anos do ensino primário e os primeiros anos do ensino secundário. Esse período é coincidente com aquele em que se registam maiores números de uniões prematuras (MINEDH 2015: p.12).

Em termos de impacto, nos dizeres do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), “as alunas, quando não concluem o nível básico, estão vedadas a continuarem em outros níveis subsequentes ficando, deste modo, excluídas do meio tecnológico, bem como do mercado de emprego, complicando, deste modo, a sua participação nas actividades do desenvolvimento individual e do país” (MINEDH 2015: p.12).

No entanto, a entrevistadora perguntou as raparigas envolvidas nas uniões prematuras sobre a sua relação entre a escola e cuidar da família. As respostas foram descrevidas em dados a seguir:

“Parei de poder ir a escola por ficar em casa e também não poderia mais estudar porque estava de grávida. A escola de Chamissava não ia me permitir estudar. Mais tenho o desejo de continuar a estudar, assim que tiver a oportunidade voltarei a estudar” (Criança de 14 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“As coisas não andaram devidamente como esperado. Tive que deixar de estudar por conta da gravidez e conseqüentemente cuidar do lar. Acho que nas próximas oportunidades voltarei a estudar. Mas do momento acredito que não” (Criança de 16 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“O casamento e a escola são coisas que não saem devidamente. Por isso tive que deixar a escola e vir morar com o meu marido. Abandonei quando tinha 5ª classe do ensino primário. Agora me sinto arrependida por isso. E penso um dia em voltar nos estudos novamente” (Criança de 17 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“As situação financeira não permitiram que eu continuasse a estudar novamente. Também já estou casada e não faz sentido eu voltar a estudar. O que tenho a fazer é seguir em frente e deixar para outras oportunidades” (Criança de 16 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

Os dados acima mostram que as uniões prematuras influenciam negativamente no abandono escolar das raparigas. No entanto, este problema suscita uma intervenção imediata por parte do Estado e organizações não governamentais com vista a segurança e protecção social das crianças e famílias que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade absoluta. Um estudo realizado no Distrito Municipal de Katembe (As barreiras à educação da rapariga no ensino primário, Bagnol et al. 2015) concluiu que 30% dos casos de abandono escolar das

raparigas são devidos a uniões prematuras e gravidezes precoces, na opinião dos encarregados de educação.

A gravidez precoce afecta a escolarização e limita as oportunidades de trabalho da rapariga. Actualmente, 9 em cada 10 raparigas ingressam no ensino primário em Moçambique, mas apenas 1,5 em cada 10 raparigas chegam ao ensino secundário. O Despacho Ministerial n.º 39 de 2003, que estabelecia a transferência de raparigas grávidas para o ensino nocturno, constituía um obstáculo à retenção de raparigas grávidas na escola e, conseqüentemente, favorecia o abandono escolar (MISAU 2018).

Dados do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) apresentados na tabela 2 (número de alunas grávidas 2014-2017) mostram um contínuo crescimento das taxas de gravidez de alunas e que podem concorrer para se afirmar que os esforços que estão a ser empreendidos pelos diferentes actores não estão a surtir os efeitos desejados. O que deve ser feito?

Apesar de todos os esforços do Governo, das organizações da sociedade civil e dos parceiros de cooperação em combater as uniões prematuras, apesar de ter sido registada uma ligeira descida dos casos na última década e mesmo com o lançamento, em 2014, da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate às uniões prematuras, Moçambique continua a ser, no conjunto dos países da SADC, o que apresenta uma percentagem mais elevada de uniões prematuras (FNUAP 2017, citado por Osório e Cruz e Silva, 2018).

As gravidezes precoces anteriormente referidas resultam em altos índices de desnutrição crónica, que podem conduzir a repetições escolares. De acordo com o estudo do PMA e SETSAN, só em 2015, 18,8 por cento (209.728) de todas as repetições foram associadas à desnutrição crónica, com um custo total de 1,6 mil milhões de meticais (43 milhões de USD), 44,2 por cento do qual foi suportado pelas famílias (Huggins 2018).

4.5 Estratégias Levadas à Cabo pelos Assistentes Sociais no Âmbito da Prevenção e Mitigação de uniões prematuras

O Serviço Social atua na área das relações sociais, mas sua especificidade deve ser buscada nos objetivos profissionais tendo estes que serem adequadamente formulados guardando estreita relação com objeto. Essa formulação dos objetivos garante-nos, em parte, a especificidade de uma profissão. Em consequência, um corpo de conhecimentos teóricos, método de investigação e intervenção e um sistema de valores e concepções ideológicas conformariam a especificidade e integridade de uma profissão (Piana, 2009).

Neste caso concreto, na perspectiva de Yazbek (2000) o Assistente Social é um profissional que tem como objecto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Atrelado a esses pressupostos, a pesquisadora questionou os técnicos dos SDGCAS de Katembe sobre as estratégias de intervenção e prevenção implementadas no distrito e, responderam nos seguintes termos:

"As estratégias de prevenção implementadas no distrito são várias: as palestras de sensibilização e seus debates contra esse aspecto nocivo que é a união prematura, sensibilizando as comunidades a pautar pelas boas práticas, que é deixar a criança crescer protegendo a mesma"(Técnico de Acção Social 1, SDGCAS-Katembe)

"As palestras têm ocorridos nas comunidades, nos bairros, nas ecocolas, em coordenação com os líderes locais, porque são os mesmos que fumentam esses aspectos, então se o líder é sensibilizado tem mais aceitação para interagir com a comunidade em geral" (Técnico de Acção Social 2, SDGCAS-Katembe).

Nesta senda de ideias, o Assistente Social tem o papel de empoderar comunidades, incentivando indivíduos a participarem activamente na construção de serviços sociais, oferecendo programas educacionais e possibilitando a independência econômica ao longo do prazo; identificar indivíduos, famílias que precisam de assistência. Esses profissionais ajudam as pessoas a lidarem com os desafios da vida, agindo como defensores para aumentar a conscientização sobre as necessidades dos clientes e conectá-los aos programas beneficentes.

Ainda nesta senda, a pesquisadora procurou perceber se existe alguma colaboração entre os Assistentes Sociais e outras entidades e sectores da sociedade em katembe-chamissava na mitigação das uniões prematuras, os entrevistados responderam nos seguintes termos:

"A nível do distrito, criou-se até então os comités de proteção a criança onde lá fala-se necessariamente de problemas que apoquentam a nossa criança e é lá onde se adverte a própria criança a saber esperar, saber escolher os momentos e não fazer as coisas por emoção ou por imitação, e são esses comités que criámos ao nível das comunidades, e mesmo assim sabemos que o comité da proteção á criança é um comité que não tem recursos para dar de tudo aos seus trabalhos, e tem acontecido um fracasso dentro do fundo para o funcionamento desses comités" (Técnico de Acção Social 1, SDGCAS-Katembe)

" Temos arrecadado as mangas com os parceiros para poder dar continuidade, e o comité veio para ficar e alavancar. Nesse distrito temos a colaboração de vários sectores como: educação, palestra nas escolas para as crianças, saúde, cantinhos de aconselhamento, ONG's, e Governo, no que concerne a ajuda da sexta básica' (Técnico de Acção Social 2, SDGCAS-Katembe)

De acordo com os depoimentos, os Técnicos de Acção Social estabelecem parcerias com comitês, organizações não governamentais, em prol do bem-estar dos seus utentes. Ademais, apoiam e participam dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos dos cidadãos.

Ainda nesta senda, a pesquisadora questionou sobre os desafios enfrentados pelos Técnicos de Acção Social no distrito municipal da Katembe, no âmbito das suas intervenções e responderam da seguinte maneira:

"Não é nenhuma novidade que os Assistentes Sociais têm enfrentado vários desafios como: problémas de transporte para se deslocarem ás zonas mais recóndidas, porque existem zonas que os chapas não chegam até certos lugares e terminam num ponto, necessitamos de uma rádio comunitária com isso iria abrangir mais pessoas, porque tem coisas que acontecem na comuidade e não sabemos por falta de informação e comunicação e termina por lá, e só depois de uns dias ficamos a saber, e quando chegamos lá por vezes a criança já é adulta e ficamos sem dados "(Técnico de Acção Social 1, SDGCAS-Katembe)

" Se tivéssemos transporte poderia nos ajudar a solucionar o problema de deslocação e também não teriamos de tirar o nosso dinheiro do bolso para chegar a zonas mais distantes; preconceito institucional e a visibilidade diante das políticas governamentais" (Técnico de Acção Social 2, SDGCAS-Katembe).

Nesta senda, os Técnicos de Acção Social dos SDGCAS de Katembe enfrentam dificuldades de logística para se deslocarem aos pontos mais recônditos do distrito, falta de meio de comunicação, o que torna difícil o exercício pleno das suas incumbências. Atrelado a esses aspectos, afirma Iamamoto (2000) que no exercício profissional cotidiano, o Serviço Social mantém o desafio de conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral.

O Assistente Social tem o desafio de desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação directa com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (Iamamoto, 2000).

Salienta Piana (2009) que dessa forma, o exercício da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. Suas ações vão desde a relação direta com a população até o nível do planejamento, tendo inclusive a árdua tarefa de priorizar os que têm e os que não têm direitos de acesso aos serviços e equipamentos sociais.

4.5.1 A médio prazo

Manter as raparigas na escola. É crucial que a escola e o casamento sejam mutuamente exclusivos – embora medidas possam e devam ser tomadas para proporcionar oportunidades para que as raparigas já casadas voltem à escola. Apesar dos progressos assinaláveis para se alcançar o equilíbrio de género a nível do ensino primário, a taxa de conclusão é ainda baixa para as raparigas do que para os rapazes, embora os níveis de conclusão do ensino primário e transição para o secundário sejam ainda baixos para ambos, raparigas e rapazes, com uma taxa bruta de conclusão do ensino primária de 47% em 2012. A baixa qualidade da educação leva alunos (tanto rapazes como raparigas) a abandonarem e não completarem o ensino, portanto, aumentar a qualidade da educação é uma estratégia-chave para manter as raparigas na escola (UNICEF 2015).

Promover o empoderamento económico da mulher. As raparigas e suas famílias precisam de melhorar as suas perspectivas económicas. Somente quando as famílias e as raparigas puderem colher os benefícios económicos do investimento na sua educação, através de um maior poder aquisitivo na vida adulta, é que as famílias e as próprias raparigas poderão visualizar o investimento na educação como um incentivo muito forte para atrasar a idade de casamento. Isto requer uma atenção muito especial para a mulher, na criação de programas de

emprego, educação técnica e vocacional, e a expansão do acesso às micro-finanças, entre outras medidas de empoderamento das raparigas economicamente pobres. As transferências monetárias também podem jogar um papel importante na redução das pressões económicas dos agregados familiares que influenciam a ocorrência dos casamentos prematuros (UNICEF 2015)

A baixa qualidade da educação leva alunos (tanto rapazes como raparigas) a abandonarem e não completarem o ensino, portanto, aumentar a qualidade da educação é uma estratégia-chave para manter as raparigas na escola (UNICEF 2015). Promover o empoderamento económico da mulher. As raparigas e suas famílias precisam melhorar as suas perspectivas económicas. Somente quando as famílias e as raparigas puder colher os benefícios económicos do investimento na sua educação, através de um maior poder aquisitivo na vida adulta, é que as famílias e as próprias raparigas poderão visualizar o investimento na educação como um incentivo muito forte para atrasar a idade de casamento.

Isto requer uma atenção muito especial para a mulher, na criação de programas de emprego, educação técnica e vocacional, e a expansão do acesso às micro-finanças, entre outras medidas de empoderamento das raparigas economicamente pobres. As transferências monetárias também podem jogar um papel importante na redução das pressões económicas dos agregados familiares que influenciam a ocorrência dos casamentos prematuros (UNICEF 2015).

4.5.2 A longo prazo

Influenciar mudança sociocultural. Poucos progressos serão feitos para a eliminação das uniões prematuras a menos que as normas culturais que fomentam e promovem os casamentos prematuros sejam mudadas. O casamento é uma instituição moldada pelas atitudes sociais e, por isso, provocar mudanças para que o casamento ocorra mais tarde através de intervenções com foco em famílias individuais, não é susceptível de provocar alterações de atitudes e comportamentos ao nível mais amplo da comunidade.

O trabalho com os líderes tradicionais, igrejas e mesquitas, assim como com as raparigas que se encontram no comando dos ritos de iniciação, é crucial para transmitir os benefícios de se retardar o casamento. Isto pode ser suplementado por meio de campanhas através dos órgãos de comunicação social e das redes sociais (Facebook, WhatsApp e Twitter), incluindo as rádios comunitárias (UNICEF 2015).

Francisco (2012, p. 23) conceitua a protecção social como sendo as formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas, que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros. Um dos subsistemas da protecção social em Moçambique é a Segurança Social Básica (SSB) que abrange os cidadãos nacionais incapacitados para o trabalho, sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas, nomeadamente: a) pessoas em situação de pobreza absoluta; b) crianças em situação difícil; c) pessoas idosas em situação de pobreza absoluta; pessoas portadoras de deficiência, em situação de pobreza absoluta; e) pessoas com doenças crónicas e degenerativas (Artigo 7 da Lei nº4/2007).

Porém, a existência da lei em descrição não basta, é necessária que o Assistente Social junto com as organizações do Estado criem canais apropriados e flexíveis que permitem todos os cidadãos em especial aqueles que se encontram em situação de mendicidade e pobreza seja incluídas e abrangidas nos programas de subsidio social básica, subsidio de alimentação, apoio escolar para crianças, assistência médica para doentes e deficientes e subsídio de desenvolvimento comunitário para jovens e adolescentes.

Ao facto disso, a pesquisadora entrevistou raparigas envolvidas nas uniões prematuras que se beneficiavam desses programas e as respostas foram consensuais, conforme descrevem os dados a seguir:

“O Instituto Nacional de Acção Social não ajuda em nada nas nossas vidas” (Criança de 15 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“A Acção Social não tem nós apoiado. Uma vez vieram em nossas casas, levaram nomes das minhas filhas, e prometeram-nos ajudar, desde lá até hoje não vejo nada. Já passa um ano e tudo continua a piorando” (Criança de 14 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

“No começo recebíamos um quite de alimentação, desde lá, não recebemos nenhum quite ou dinheiro mensal. Estamos a pedir socorro porque já não aguentamos” (Criança de 16 anos de idade, residente no bairro de Chamissava, 15/02/2024).

Segundo Romano e Antunes (2002), o Assistente Social deve viabilizar o empoderamento para as pessoas que se encontram em situação de mendicidade e pobreza de modo a ultrapassar as suas dificuldades.

O empoderamento coloca o poder nas raparigas em processo de desenvolvimento; um método pelo qual as pessoas e as famílias assumem o controlo de seus próprios assuntos, de sua

própria vida e tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. O empoderamento é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. Trata-se de empoderamento que possibilitaria os sujeitos alcançar o nível de autonomia necessário para sua participação nos processos decisórios.

4.6 Análise Crítica dos Dados

Moçambique é um país que subscreveu quase todas as convenções internacionais, regionais e elaborou, em âmbito nacional, instrumentos legais suficientes que fazem o Estado moçambicano cumprirem os acordos e cobrir todas as formas que constroem o respeito pela idade mínima de 18 anos para contrair casamento. Ainda é notória, no país, a violação sistemática de convenções e a inconsistência no cumprimento da legislação tanto internacional quanto nacional. A título de exemplo, o Art.º 30.2 da Lei n. 10 (2004) a Lei da Família, por abrir exceções para que uma criança se case com apenas 16 anos, está negligenciando.

No país, muitas crianças e seus pais ainda desconhecem a própria idade. Há muitas dificuldades para registá-las formalmente, para serem documentadas, especialmente as que vivem em regiões rurais, por vários motivos, destacando-se as longas distâncias que devem ser percorridas para encontrar um serviço de registos. Esse facto, por outro lado, pode estar aliado à falta de informações sobre as vantagens de serem registadas, por parte dos pais e responsáveis que não sabem ler nem escrever.

Esses pais podem não se lembrar da data de nascimento das suas filhas, e se orientam pela aparência física. Os instrumentos legais de Moçambique, como a Constituição da República (2004), a Lei n. 7 (2008) e a Lei n. 10 (2010) são unânimes em identificar a faixa etária entre 0 e 18 anos de idade (criança) como o momento e o espaço de receber os estímulos para o desenvolvimento saudável e, gradualmente, relacionar-se com o seu meio social de forma mais coerente.

Portanto, um dos maiores objectivos nos documentos nacionais é promover os direitos da criança, visando a trazer resultados positivos que podem se estender para o resto da vida, não apenas para evitar a evasão escolar, como também para assegurar que a criança seja uma pessoa bem-sucedida em suas realidades. O artigo 36 da Constituição da República de Moçambique (2004) estabelece que “o homem e a mulher sejam iguais perante a lei em todos

os domínios da vida política, económica, social e cultural” (Moçambique, 2004), o que necessariamente precisa incluir as crianças e os adolescentes do país.

As leituras flutuantes de artigos e legislação levam à constatação de que existe muita diferença entre homens e mulheres na sociedade moçambicana. Assim como em outras regiões do mundo, predomina uma cultura patriarcal e o conseqüente movimento de domínio sobre os corpos de mulheres e meninas, tratando-as como objectos que podem ser negociados, com suas infâncias desrespeitadas. Igualmente há uma relação entre os pais e/ou responsáveis de meninas em determinar os casamentos de suas filhas e/ou educandas, sem a noção ou a reflexão sobre as implicações dessa prática. Ou seja, desconhecem os benefícios de adiar o casamento até a idade legal ou, ainda, de permitir às meninas a escolha dos seus próprios destinos.

Como se referenciou em diversas produções científicas, algumas famílias de meninas pobres, sobretudo as que vivem em regiões rurais, valorizam casamentos precoces em detrimento da escolarização. Há ainda pais e responsáveis em muitas comunidades moçambicanas que acreditam ser sorte o fato de suas filhas se casarem ainda crianças. Ficam alegres com isso, infelizmente, demonstrando que não sabem que estão violando os direitos dessas crianças.

No País, estudos levados a cabo sobre os casamentos prematuros abrangem, via de regra, um universo menor. Muitas vezes são pe squisas que englobam universos e amostra reduzida, tendo em conta que Moçambique é um país extenso e populoso. O estudo do UNICEF e CECAP (2015) aponta a dificuldade de se obterem dados relevantes para conduzir à compreensão da magnitude das prevalências, as principais causas e a condição económica das famílias das crianças envolvidas. É relevante responsabilizar o Conselho de cada escola primária, para preparar e qualificar os seus membros, a fim de que busquem formas de eliminar esse fenómeno com acções localmente desenhadas, tais como actualizar os dados sobre as crianças e os adolescentes das regiões, para a sua priorização e urgência na prevenção e combate.

4.7. Implementação do Plano de Intervenção

A primeira actividade consistiu em fortalecimento comunitário e apoio psicossocial a raparigas envolvidas nas uniões prematuras, a mesma actividade tinha como objectivo: conhecer as condições de habitabilidade das raparigas, saber as causas e factores que influenciaram nessa prática, identificar as dificuldades e desafios que eram enfrentados por

elas, difundir informações relativas a riscos e consequências que a prática das uniões prematuras pode trazer em suas vidas. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, a direcção dos Serviços Sociais do Género Criança e Acção Social de Katembe, as raparigas e suas famílias, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas.

Durante a primeira actividade, a Directora dos Serviços Distritais do Género Criança e Acção Social de Katembe alegou o seguinte:

“As crianças merecem viver livremente em nossas sociedades, temos verificado que muitos pais e encarregados de educação a incentivarem suas filhas a casarem cedo. Nós como membros de Estado estamos preocupados e não queremos com que elas não tenham futuro posteriormente e sem emprego porque abandonaram a escola para poder cuidar do lar. Vamos efectuar campanhas de sensibilização a todas as comunidades do Distrito de Katembe de modo a evitar essas barbaridades nos nossos bairros. Uniões prematuras é algo negativo e nos não queremos que isso se repita mais vezes. Sabemos qual é a causa por isso vamos contribuir com qualquer material escolar e quites de alimentação para vocês pais e encarregados de educação cuidarem dos vossos filhos” (Direcção dos Serviços Distritais do Género Criança e Acção Social de Katembe, bairro de Chamissava, 25/02/2024).

A segunda actividade consistiu em monitoramento e avaliação de programas de protecção social, a mesma actividade tinha como objectivo: identificar os programas de protecção social direccionadas a todas as comunidades e famílias que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade e naquele distrito Municipal de Katembe, avaliar os serviços sociais que a Direcção de Katembe tem efetuada nas vidas das raparigas com idade de frequentar a escola e que estão em risco de casamento precoce no bairro de Chamissava, reconstrução da identidade psicológica e social das raparigas do bairro de Chamissava. Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, líderes do bairro de Chamissava, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas.

A terceira actividade consistiu em visitas domiciliárias as raparigas envolvidas nas uniões prematuras, a mesma actividade tinha como objectivo: caracterizar as condições de vida das famílias e raparigas em situação de pobreza e vulnerabilidade no distrito Municipal de Katembe, descrever os programas de segurança social básica fornecido pelo Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social de modo a reintegrar as crianças para o seu

bem-estar, sensibilizar pais e encarregados de educação sobre a necessidade de integração de crianças no sistema nacional de educação e aderência no ensino secundário e primário em todo bairro de Chamissava, reconstrução da identidade psicológica e social das raparigas do bairro de Chamissava.

Fizeram parte desta actividade, a pesquisadora, as crianças e suas famílias, líderes do bairro de Chamissava, membros da organização da sociedade civil e activistas sociais com um horizonte temporal de 2 semanas.

Durante a primeira, a Directora dos Serviços Distritais do Género Criança e Acção Social de Katembe alegou o seguinte:

“Todos os pais e encarregados de educação são chamados a cumprirem com os direitos das crianças nomeadamente: direito a escola, direito de viver com liberdade, direito de protecção social, direito de brincar com outras crianças e direito de moradia. Ninguém gostaria que as nossas crianças terem uma vida sem um futuro desejável. Por isso incentivamos a vocês a tomarem precaução e cuidadas das vossas raparigas e não incentivarem a casar mais cedo. Elas devem estudar e viver livremente nas nossas comunidades” (Direcção dos Serviços Distritais do Género Criança e Acção Social de Katembe, bairro de Chamissava, 25/02/2024).

Assim sendo, aplicou-se a técnica de entrevista estruturada no contexto em que a pesquisadora elaborou perguntas pré-estabelecidas em guião de entrevista de modo a colher dados reactivos a factores sócio económicos que influenciam na prática das uniões prematuras no Distrito Municipal de Katembe.

CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou a Contribuição da intervenção do Assistente Social na mitigação das uniões prematuras: estudo de caso do distrito de katembe – chamissava. Por detrás da necessidade de compreender o nível de contribuição do assistente social na redução das taxas das uniões prematuras está o facto de o bairro no qual se localiza registar-se índices elevados deste mal social.

Da trabalho feito no terreno constatou-se que a integração do assistente social em paralelo com outros profissionais contribuiu na materialização de políticas sociais e assistência social a raparigas e famílias em situação de baixa renda para redução da pobreza, dependência económica, vulnerabilidade permitindo assim com as mesmas tenham o gozo pleno dos direitos sociais, a cidadania e a paz universal.

No que tange ao perfil dos participantes, os dados colectados, bem como as entrevistas feitas pela pesquisadora, revelaram que boa parte são crianças menores que foram ao lar antes dos 18 anos de idade. E, segundo os depoimentos extraídos, o desemprego, a pobreza e dependência financeira são principais causas das uniões prematuras no Bairro Chamissava.

Assim, chegou-se à conclusão de que o Assistente Social intervém contribuindo na mitigação das uniões prematuras no bairro chamissava e, através da divulgação da informação. A pesquisa denuncia a pertinência de analisar a existência de taxas das uniões prematuras no distrito de katembe – chamissava, o que contribui na busca de estratégias mais eficazes no enfrentamento e mitigação do fenómeno.

Contudo, os possíveis caminhos para a mitigação de taxas das uniões prematuras no distrito de katembe – chamissava, sugere-se a expansão da informação acerca das Legislação e das Políticas Sociais que protegem as Crianças há todas as comunidades por meio de acções-socioeducativas, dando maior visibilidade ao trabalho feito pelo Assistente Social para mitigação das uniões prematuras.

Sendo Assistente Social revestido de conhecimento profissional e que esses conhecimentos estão intimamente ligados à promoção da mudança dentro da sociedade e garantindo, acima de tudo o cumprimento dos direitos dos cidadãos.

Um dos principais papéis do Assistente social é de defender as camadas sociais mais desfavorecidas ou que se encontram excluídas da sociedade e que por si só não conseguem defender seus direitos e assim o Assistente social vem para garantir que tenham voz e vez no

meio da sociedade. Agindo, como advogado destas pessoas fazendo com que as suas reais necessidades sejam percebidas e satisfeitas.

Neste diapasão temos sugestões não só para o Ministerio do Gênero Criança e Acção Social, como também, para a sociedade no seu todo, pois um problema social não pode ser visto de forma isolada. Daí que se sugere:

- Contratação de profissionais formados na área de Serviço Social e Psicologia Social, pois se constatou que existem poucos profissionais formados em Serviço Social e não há nenhum profissional formado em Psicologia social para auxiliar as mulheres vítimas de violência física nos possíveis traumas que possam advir dos conflitos;
- Devem-se criar gabinete de atendimento para Assistentes Sociais, de forma a garantir que haja sigilo em que os utentes possam sentir-se à vontade, pois que, no decorrer das entrevistas, percebeu-se um desconforto das utentes vítimas de violência, pois apenas possuem único gabinete onde atendem um agente da Polícia e Técnicos sociais;
- Deve-se criar campanhas nas comunidades, de modo a sensibilizar todos sobre a importância de um diálogo de forma a reduzir os casos de uniões prematuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ActionAid, (2004). Relatório sobre a Violência Contra a Rapariga nas Províncias de Maputo, Maputo Cidade, Zambézia e Manica. Maputo

Bagnol et al. (2015). As barreiras à educação da rapariga no ensino primário, na Zambézia. Propriedade: IBIS. S/ed.

Bagnol, Sousa, Fernandes e Cabra (2015). Implicações da Educação Tradicional no Desempenho Escolar da Criança: Estudo de caso da Escola Primária Completa a Luta Continua. Monografia de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação. Universidade Eduardo Mondlane: Maputo.

Carmo, Hermano & Ferreira, Manuela Malheiro. (1998). Metodologia da Investigação – Guia para auto-aprendizagem. Universidade Aberta. Lisboa.

César et all. (2000). s ritos de iniciação no contexto actual: ajustamentos, rupturas e confrontos. Construindo identidades de género. Editora: Maria José Arthur. Maputo-Moçambique. Recuperado em 16 dezembro, 2017, de <http://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Ritos2013.pdf>

Colonna, G. (2012). Avaliação psicológica de vítimas de maus tratos conjugais. In Machado, C., & R. A. Gonçalves (Coords.), Psicologia Forense, Coimbra: Quarteto

Constituição da República (2004), a Lei n. 7 (2008) e a Lei n. 10 (2010).

Constituição da República de Moçambique de 2004. Introdução do Sistema nacional de educação para raparigas vulneráveis. Imprensa nacional. Maputo.

Convenção sobre os Direitos da Criança (1979) Moçambique é o primeiro país em África a lançar a iniciativa Spotlight para eliminar a violência contra as mulheres e raparigas. Comunicados de imprensa. UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/comunicadosdeimprensa/mo%C3%A7ambique>

Davidoff, Q. (2001). Casamentos Prematuros em Moçambique: Causas e Consequências da pobreza. Recuperado em 28 de março, 2018, de <http://www.civilinfo.org.mz/files/>.

Dias e Gomes (1999). estratégias de comunicação utilizadas em escolas secundárias para combate da gravidez indesejada na adolescência. Maputo.

Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros em Moçambique-2016-2019, aprovada em 2015. Maputo.

Estratégia Nacional para a Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros - 2018-2023, aprovada em 2017. Maputo.

Fernandes, R. N. (1998). Casamento Precoce e Desigualdades Sociais. Dissertação (Tese de mestrado) curso de enfermagem. UNIFESP. São Paulo.

Figueiro, L. (2003). Pesquisa Social A contemporaneidade do capital. Serviço Social: limites e possibilidades do projecto profissional. Projecto de pesquisa. São Paulo.

Francisco, A. (2012). Idosos em Moçambique: Romper a Conspiração do Silêncio. IESE. Maputo.

Gil, A. C. (2012). Métodos e Técnicas de Coleta de Dados em Pesquisa Social e em Ciências Sociais, 7ª edição, Atlas, São Paulo.

_____ (2010) Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 5ª edição, Atlas, São Paulo.

_____ (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa social, 6ª edição, Atlas, São Paulo.

_____ (2003). Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa. 6ª Edição. São Paulo.

_____ (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas S.A. 7ª Edição. São Paulo.

Huggins A. (2018). Segundo Inquérito sobre a Disponibilidade de Anticoncepcionais Modernos e Medicamentos Vitais/Essenciais para a Saúde Materna/Saúde Sexual e Reprodutiva nas Unidades Sanitárias. Maputo: Ministério de Saúde.

Iamamoto, M. (2000). Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio crítico. São Paulo, Cortez Ed.

INE, (2008). Relatório de Gravidez Precoce e Avaliação do Desempenho Escolar das Raparigas. Maputo.

Instituto Panos África Austral (2014). Moçambique. Relatório de Desenvolvimento Humano. Maputo:

Karl, M. (1885-1883). Mais-valia Absoluta e Relativa. In: O capital: crítica da economia política; Apresentação de Jacob Goreneder: coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultura, Tomo II, cap. XIV, p.105-112.

Kisnerman, G. (2001). Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional 3ª Edição. São Paulo. Cortez.

Laville, Christian e Dionne, Jeane. (1999). A construção do saber: Manual de Metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artmed.

Lakatos & Markon, (2010). Perspectiva Sociológica sobre as Pesquisas em Ciências Sociais e a Diversidade das Pedagogias. In: Pedagogia do oprimido. 17ª Edição, São Paulo: Rio de Janeiro, pp: 171 – 184.

Lazáro, A. (2010). Introdução a Teoria Marxista no Capitalismo Moderno. Uma análise sobre a pobreza e casamento prematuros. 4ª Edição. São Paulo.

Lei de Protecção da Criança (Lei nº 7/2008, de 9 de Julho). Maputo.

Lei nº 19/2019 de 22 de Outubro – Lei de Prevenção e Combate das Uniões Prematuras. Aprovado pelo Conselho de Ministros. Maputo.

Lima, F. (2018). Gravidez na adolescência. A imposição de uma nova identidade. Pediatra. Actua. 4ª Edição. Maputo.

Martins, J. (2001). A Construção do Projecto Etico-político do Serviço Social. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. Capacitação em Serviço Social e Política Social. São Paulo.

Marx (1818-1883) Apud Lazaro (2010), Estudo da Capitalismo Moderno em espaços Urbanos e Rurais preservados. Brasil.

Matos, F. (2017). Fundamentos Teóricos e metodologia científica. São Paulo: Atlas.SA.

- Minayo, M. C. S. (2012). Métodos e técnicas de pesquisa social: 12ª Edição. Volume 5. Rio de Janeiro.
- Minayo, M. C. S. (2019). Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,
- Porto, i. & Koller, s. h. (2008). Violência contra idosos institucionalizados. Revista de Psicologia da Vetor Editora, 9. Volume 2.
- Ministério da Educação de Moçambique (2014). Plano Estratégico da Educação 20122016 (2ª impressão). Maputo-Moçambique.
- Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (2015). Regulamento Geral do Ensino Básico. Edição DINEG/MEC – Moçambique.
- Mioto, R. C. T. (2001) Perícia social: Proposta de um Percorso Operativo. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº.67.
- Mioto, R. C. T. (2012). Metodologia e Parâmetros para actuação de assistentes sociais na Comunidade. Grupo de trabalho Serviço Social na saúde. Brasília
- MISAU, (2018). igualdade de género: alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas. Documentos Temáticos das Nações Unidas em Mocambique.
- MMAS (2008). relatório da gravidezes precoces: Ritos de iniciação precipitam início da vida sexual. Jornal Notícias. 23 de Abril de 2008. Maputo.
- Montano, Carlos; Duriguetto, Maria Lúcia (2010). Estado, Classe e Movimento Social. 1ºed- São Paulo: Cortez.
- Neto, J. P. (2007). Serviço Social na Actualidade. O Empoderamento como Estratégia de Redução da Pobreza : Uma Avaliação a partir do Programa Crede amigo. Altas. Plural Editores. São Paulo.
- Neves, L. (2018). Sexualidade e Gravidez na adolescência. Revista de Saúde Pública. 6ª Edição. Maputo.
- Nogueira (2009) Apud Lazaro (2010), Educação, Saber, Produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Núncio, M. J. S. (2015). *Introdução ao Serviço Social: história, teoria e métodos* (2ª ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Organização Mundial da Saúde (2016). *Política e Estratégia De Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes*. Ministério d Saúde. Departamento de Saúde da Comunidade. Repartição de Saúde Familiar. Saúde escolar.

OSISA, (2016). *Actividade de sexualidade na escola para o aperfeiçoamento da cidadania dos adolescentes dos alunos: Limites e possibilidades*. Brasília.

Osório, H. (2007). *A criança na imprensa: Análise de cobertura jornalística 2015*. Maputo - Moçambique. Recuperado em 4 de maio, 2007, de <http://www.unicef.org/mz/wp-content/uploads/2016/08/A-Crianca-na-imprensa>.

Piana, M. C. (2009). *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Unesp.

PSAF (2014). *Casamentos Prematuros no contexto dos ritos de iniciação femininos, praticados pela etnia Macua: Olhares dos finalistas do curso de licenciatura em Serviço Social*. Dissertação de mestrado. Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.

Quivy, D. (2003). *A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa*. In: *Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais*. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá.

Raichelis, R. (2009). *O trabalho do assistente social na esfera estatal*. In: *CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 377-392.

Recac, (2013). *Pedagogias da Sexualidade. O corpo Educado: pedagogias da Sexualidade*, 3ªEd. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Relatório da População (2023) – ainda não concluído. INE. Moçambique, Inquérito Demográfico e Saúde de 2023 e 2025. Maputo.

Robertis, Adams. (2003). *Desenvolvendo Prática Crítica em Serviço Social em Adams, R;Netto. et all. (1995). Desafios do Serviço Social*, Buenos Aires, Humanitas

Romano e Antunes (2002). WHO Report on Inequities in (2008-2015). Maternal and Child Health in Mozambique. Maputo: Governo de Moçambique

Rudios, L. (2012). Introdução a Pesquisa Social nas Ciências Humanas: Uma Estrutura para a Terapia familiar, v. 2. São Paulo.

Silva, R. (2019). Gravidez na adolescência: Repercussões para sua saúde integral. Revista electrónica da pesquisa (UNIPAM). Belo Horizonte. 2007

Sitoe, F. (2017). Direitos das Crianças em Notícias: Responsabilidade dos Jornalistas. 6ª Edição. Brasil.

Thiollent, F. (1998). Conceitos, Teorias e Tipologias de Investigação: A Investigação em Ciências Sociais, 12ª Edição. Volume 5. Rio de Janeiro.

Trivinos, S. (1987). A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. Número 4, Maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá

UNICEF (2015). Análise dos factores psicossociais relacionados a gravidez na adolescência e casamento precoce. Maputo: Atlas.

UNICEF (2016) Gravidez na adolescência. Desafios e respostas de Moçambique. Suplemento do Relatório Sobre Situação da População Mundial

UNICEF e FNUAP (2023). Carta de Ottawa para a promoção da Saúde (Direcção Geral de Saúde, Trad.). In: Versão Portuguesa Uma Conferência Internacional para a Promoção da Saúde com vista a uma nova Saúde Pública. Maputo.

UNICEF, FNUAP e CECAP (2015). Relatório Mundial da UNESCO. Investir na diversidade Cultural e no diálogo Intercultural. Maputo.

Yazbek, M. (2000). Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço Social da PUC/SP. In: Serviço Social e Sociedade n. 14. São Paulo, Cortez.

Yin, R. (2008). Análise da Pesquisa social no campo das ciências humanas. São Paulo.

APÊNDICES

ANEXOS



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Chamo-me **Deolinda Jorge Gujamo**, estudante do Curso de Licenciatura em Serviço Social pela Universidade Eduardo Mondlane, desenvolvo a pesquisa sobre *a Contribuição da intervenção do assistente social na mitigação das uniões prematuras: estudo de caso do distrito de katembe – chamissava*.

Como parte do processo de recolha de dados para a pesquisa, o presente questionário será distribuído aos participantes da pesquisa, de modo a captar as suas percepções sobre o tema, com idade compreendida entre os 14 aos 17 anos idade, residente no Bairro de chamissava.

A participação neste estudo é de carácter voluntária e as informações que você fornecer serão mantidas anónimas e confidenciais. Somente a pesquisadora usará as informações e as manterá anónimas. Nenhum nome ou outra informação será incluído em qualquer publicação ou apresentação baseada nesses dados e as respostas colectadas nesta discussão permanecerão confidenciais.

O preenchimento deste questionário levará aproximadamente 10 minutos e, ao concordar em respondê-lo, significa que o objectivo principal do estudo, incluindo as informações acima, foram descritas oralmente a você, que entende e que concorda voluntariamente em participar do estudo.

Se você tiver dúvidas ou perguntas sobre este estudo, como questões científicas, como fazer qualquer parte dele ou relatar uma lesão, entre em contacto com o pesquisadora.

Deolinda Gujamo - +258 846258875 / +258 875958875

Concordo Não concordo

Agradeço-lhe antecipadamente a sua participação neste estudo. Atenciosamente.



GUIÃO DE ENTREVISTA

I – Caracterização do perfil sociodemográfico dos entrevistados

Idade:_____ Estado Civil_____ Profissão_____

Sexo: Masculino_____ Feminino_____

Nível de escolaridade _____

II - Percepções e Factores que influenciam nas uniões prematuras

1. O que entende por Uniões Prematuras (vulgo casamento prematuro)?
2. Qual foi o motivo que levou a contrair uniões prematuras (caso esteja nessa situação ou conheça alguém que esteja)

III- Consequências e Vivências das uniões prematuras

1. Como criança, quais são as consequências de contrair matrimónio antes dos 18 anos?
2. Já ouviste falar da Lei de prevenção e combate as uniões prematuras (se sim, especifique o local ou o meio de comunicação)
3. As Organizações da sociedade civil e o governo, tem divulgado essa Lei no teu bairro?
4. Na tua opinião, o que o Governo e a Sociedade Civil devem fazer para minimizar esta questão social? (uniões prematuras)